

GUIA CULTURAL INDÍGENA

RIO GRANDE DO NORTE



Coordenação:

Julie A. Cavnac (PPGAS - UFRN)

Carmen Alveal (PPGH - UFRN)



FLOR
DO
SAL

GUIA CULTURAL INDÍGENA

RIO GRANDE DO NORTE

Coordenação:

Julie A. Cavignac (PPGAS - UFRN)

Carmen Alveal (PPGH - UFRN)

Pesquisa:

Flávio Ferreira (IFRN)

Helder Macedo (UFRN)

Joadson Vagner Silva (Mestre, PPGArq - UFPE)

José Glebson Vieira (PPGAS - UFRN)

Muirakytan K. de Macedo (UFRN)

Nilton Xavier Bezerra (IFRN)

Rita Neves (PPGAS - UFRN)

Roberto Airon (UFRN)

Thiago Dias (PPGH - UFRN)

Participação no projeto¹:

Aressa Maíra Nascimento Paiva (Mestranda PPGH - UFRN)

Dalva Gomes (Mestranda ISTHIA, Toulouse, France)

Dioclécio Bezerra da Costa, Cacique Deoclécio (Comunidade Santa Terezinha, mestrando PPGAS - UFRN)

Francisca Bezerra, Cacique (Tapará, Professora)

Francisco Alves Galvão Neto (Professor)

Luiz Katu, Cacique José Luiz Soares (Catu, Professor, APIRN)

Lúcia Paiacu Tabajara (Museu do Índio Luíza Cantofa)

Meyriane Costa de Oliveira (Catu, Graduanda - IFRN)

Ristephany Kelly da Silva Leite (Mestranda PPGH - UFRN)

Tayse Michelle Campos da Silva (Mestranda PPGAS - UFRN)

Tyego Franklin da Silva (Doutorando PPGH- UFRN)

Victor André Costa da Silva (Mestrando PPGH - UFRN)

Desenhos e ilustrações:

Custódio Jacinto de Medeiros (Casa de Pedra, Caicó-RN)

José Clewton do Nascimento (PPEUR - UFRN)

Nilton Xavier Bezerra (IFRN)

Revisão e editoração: Márcio Simões

Capa: Mapa da presença indígena no Rio Grande do Norte. Nilton Xavier Bezerra

Catálogo da publicação na fonte

Bibliotecário: Caetano Emanuel F. Costa CRB-15/608

G943 Guia Cultural Indígena Rio Grande do Norte /
Coordenação de Julie A. Cavignac, Carmem Alveal.
– Natal: Flor do Sal, 2019.
130 p.: il. color.

Inclui referências.

ISBN 978-65-990211-1-4

1. Antropologia Brasileira. 2. Cultura indígena - Rio Grande do Norte. I. Cavignac, Julie A.. II. Alveal, Carmen. III. Título.

CDD 301.8132

1. Outros alunos do curso de Ciências Sociais participaram pontualmente da elaboração do guia.

A pesar das evidências históricas e culturais que atestam a importância da presença indígena em todo território, existem poucas informações sistematizadas e acessíveis sobre os primeiros habitantes do Rio Grande do Norte. A resistência dos povos originários – que foram chamados de índios pelos portugueses, à semelhança dos espanhóis que pensavam ter chegado na Índia – foi subestimada pela historiografia clássica, e a realidade social e cultural dos indígenas vivendo em solo potiguar é desconhecida do grande público. A partir das manifestações públicas que ocorreram no Rio Grande do Norte em 2002, por iniciativa das lideranças indígenas, as comunidades se organizaram, se fortaleceram e reafirmaram sua resistência, ganhando visibilidade e apoio da sociedade civil.

O programa de extensão TRONCO, RAMOS E RAÍZES do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte propõe, entre outras ações, reunir informações e divulgar conhecimentos sobre a diversidade étnica e cultural do estado. Todos os registros estão incluídos no museu virtual Tronco, Ramos e Raízes [<http://museutronco.cchla.ufrn.br>]. O Guia Cultural Indígena oferece informações gerais sobre a presença histórica e a dinâmica social e cultural das comunidades indígenas, mapeando os principais registros e monumentos históricos, arqueológicos e narrativos, bem como os lugares de memória das populações nativas, e disponibiliza os resultados das pesquisas realizadas; não pretende ser exaustivo. A ideia é também estimular uma reflexão crítica sobre a história e o legado das populações indígenas no âmbito escolar e acadêmico, abrindo possibilidades de pesquisas para alunos e professores dos mais diversos campos do conhecimento, como história, sociologia, arqueologia, antropologia ou literatura. A leitura dos materiais coletados poderá servir de base para desenvolver instrumentos didáticos ou paradidáticos e, localmente, ações de educação patrimonial. Além disso, o texto tenta chamar atenção dos moradores que vivem nas proximidades dos monumentos históricos, dos lugares de memória ou dos sítios arqueológicos para que reconheçam o legado indígena na cultura local. Enfim, a iniciativa visa promover a valorização do patrimônio étnico e

fornece elementos para questionar o passado indígena com base no conhecimento etnográfico, histórico e nas informações sobre as realidades locais disponibilizadas aqui. Dessa forma, o Guia poderá ser utilizado para fins de orientação turística. A divulgação das informações sobre as comunidades e os dados práticos para visitá-las pretende contribuir com a valorização da cultura indígena, o turismo comunitário e o fortalecimento dos grupos. Propositamente, o Guia disponibiliza informações apenas para os sítios arqueológicos que foram socializados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, visando a preservação deste patrimônio. Preparamos um pequeno roteiro com as principais comunidades, os locais históricos e os sítios arqueológicos, com suas respectivas localizações e rotas de acesso, retomando a divisão clássica entre os potiguara, ou tupi, que ocupavam o litoral e os tapuia, habitantes do interior.

O Guia inicia com uma introdução histórica e propõe um panorama geral das comunidades indígenas a partir das regiões que são banhadas por rios com nomes indígenas: no Litoral sul, o Curimataú; no Mato Grande, o Ceará-Mirim; na região Oeste, o Apodi-Mossoró; no Seridó, o Piranhas-Açu; na região metropolitana de Natal, o Potengi. Em cada seção, lembramos a presença histórica e as trajetórias políticas dos grupos, a descrição dos lugares, dos sítios arqueológicos e dos monumentos, referências que são complementadas por um Guia

Prático, com informações para visitas de lugares, no final do Guia. Reunimos ainda as principais referências bibliográficas para quem deseja realizar uma pesquisa mais aprofundada.



Pintura rupestre, Custódio Jacinto de Medeiros

Notas introdutórias
sobre a história indígena

Em todo o estado do Rio Grande do Norte, existem marcas da presença indígena, sejam lugares, com suas denominações de origem tupi ou tarairiú, sejam sítios arqueológicos ou ainda monumentos históricos que se referem a uma contínua ocupação do espaço por populações que foram invisibilizadas. Assim, no século xvii, foram construídas casas fortes para os colonos defenderem-se dos ataques indígenas: as mais conhecidas são as casas de pedra, em Caicó e em Pium. As tropas que tinham como objetivo combater os índios na ribeira do Assu, em 1687, foram mortas pelos tapuia¹: a Casa Forte do Cuó, na ribeira do Seridó, em Caicó, foi incendiada e destruída. A Casa de Pedra de

1. Tapuia é o termo utilizado pelos povos tupi do litoral para denominarem os povos “gentio brabo” do interior que também foi utilizado pelos portugueses.

Pium, no atual município de Nísia Floresta, antiga residência de João Lostão Navarro, serviu de refúgio a portugueses em 1689, e conheceu o mesmo destino. Em todos esses lugares foram estabelecidas várias ocupações sucessivas, o que dificulta as datações e as interpretações sobre os seus primeiros ocupantes. De um modo geral, há mais monumentos no litoral – pois grande parte dos aldeamentos missionários foram instalados na região mais povoada durante a Colônia –, e os sítios arqueológicos com pinturas ou gravuras encontram-se no sertão; iremos nos ater a citar os principais, pois nosso intuito é chamar atenção para o patrimônio material e imaterial das populações indígenas. Apesar das evidências arqueológicas e históricas, a política de Estado visando a divulgação, proteção, conservação e socialização dos sítios arqueológicos e dos monumentos históricos é ainda muito incipiente.

A presença histórica das populações indígenas em todo estado nem sempre corresponde à localização atual dos grupos mas, até nas regiões que foram ocupadas mais intensamente pela Coroa Portuguesa, encontramos famílias que reconhecem uma ascendência indígena.

A ARQUEOLOGIA E OS INDÍGENAS: OS REGISTROS MAIS ANTIGOS

Os lugares de ocupação indígena onde há vestígios materiais são chamados de sítios pré-coloniais, para distingui-los dos ocupados por indígenas após o contato. Estes sítios fornecem informações sobre as práticas culturais e as formas de organização das sociedades que viviam no espaço que hoje é chamado Rio Grande do Norte. Nas dunas, nos antigos aldeamentos coloniais – alguns construídos nas aldeias pré-coloniais – há peças líticas, cerâmicas, canoas, cemitérios etc. Em todo o estado, foram identificados quase 400 sítios de arte rupestre, sendo os mais antigos localizados em Carnaúba dos Dantas, como a Pedra do Alexandre e o Mirador do Boqueirão de Parelhas, com 9.400 anos A. P.² Grande parte dos sítios estão localizados na região central do estado, Seridó e Oeste, com mais de 130 registrados até agora. As evidências materiais são formadas por diferentes vestígios, sendo os principais: materiais cerâmico e lítico (de pedra), estruturas de combustão (fogueiras), grafismos rupestres, remanescentes de alimentação e sepultamentos. Os sítios arqueológicos foram classificados em três tradições, hoje contestadas: a Agreste, a Itaquiara e a Nordeste. Esses grafismos são pinturas e gravuras

2. Antes do Presente, referência de tempo na arqueologia, quando nos anos 1950 se desenvolveu a datação rádio-carbônica ou do carbono 14.

desenhadas em abrigos sob rocha e em lajedos, às vezes com motivos antropomorfos (formas humanas), zoomorfos (formas de animais) e grafismos puros (símbolos abstratos para nossa cultura) e, geralmente, encontra-se material lítico e cerâmico no local. Nas pinturas rupestres, a técnica utilizada consiste em aplicar uma tinta de base mineral nas rochas e no caso das gravuras, a raspagem, o polimento e o picoteamento. Há pinturas em formações rochosas graníticas, em quatro cores: branco, vermelho, preto e amarelo, sendo a vermelha mais utilizada. Não é possível datar as pinturas e foram feitas poucas datações para as gravuras.

A existência de grupos humanos nesta parte do Brasil é atestada em sítios que possuem datação entre o Pleistoceno Final (12.000 - 10.000 A. P.) e o início do período climático Holoceno (10.000 - 9.000 anos A. P.) à metade do Holoceno (cerca de 4.500 A. P.). Apesar de controvérsias sobre algumas datas, é importante destacar que a presença humana no estado remonta a milhares de anos. Além da erosão e do desgaste proveniente de ações naturais como o vento, a chuva e as mudanças de temperatura, a maioria desses sítios arqueológicos sofre com o desgaste proveniente da depredação do homem.

O LITORAL DOS POTIGUARA E O SERTÃO DOS ‘TAPUIA’

A efetiva ação de colonização da capitania do Rio Grande começou no final do século XVI, com o ob-



Pintura rupestre, Custódio Jacinto de Medeiros

jetivo de garantir a defesa do território português na América, após a conquista da Paraíba. A região era também visitada pelos franceses, que desenvolviam atividades de extrativismo com auxílio dos indígenas. Os corsários franceses vinham à procura de pau-brasil, madeira que era fornecida pelos grupos indígenas aliados. Com vistas a combater a presença francesa na região, o rei Felipe II determinou, por meio de cartas régias datadas de 1596 e 1597, que fosse realizada a conquista e a colonização das terras dos potiguara, como era conhecida e, no século XVIII, foi denominada Rio Grande do Norte. A primeira ação foi o deslocamento dos capitães-mores de Pernambuco e da Paraíba – Manuel de Mascarenhas Homem e Feliciano Coelho, respectivamente, chegando à barra do rio Grande no final de 1597.

Os representantes da Coroa portuguesa entraram no território pelo Rio Grande ou Potengi, o “rio de camarão”. Os potiguara que habitavam suas margens falavam uma língua do tronco linguístico tupi-guarani. Como parte deles tinha feito aliança com os franceses, esse grupo apresentou resistência à presença dos agentes da colonização portuguesa. Os índios ocupavam, principalmente, a margem norte do rio, enquanto os portugueses iniciaram a construção da Fortaleza dos Reis Magos e da cidade do Natal na margem sul. A aproximação entre os potiguara e os portugueses teve início em junho de 1598, por intermédio de Jerônimo de Albuquerque, que foi amasiado com uma índia da tribo dos Arcoverde do litoral de Pernambuco. O acordo de paz foi firmado pelo principal Potiguaçu ou Camarão Grande, na Fortaleza dos Reis Magos, com ratificação em cerimônia solene, em 11 de junho de 1599, na cidade de Filipeia de Nossa Senhora das Neves, hoje João Pessoa. Na cerimônia, compareceram os principais chefes indígenas potiguara: Pau-Seco, Zorobabé e Mar Grande.

Após a paz firmada, a ação de conquista e catequese dos índios manteve-se nos meses seguintes. Em carta de maio de 1599, o padre provincial Pero Rodrigues, acompanhado de seus soldados, relatou a seus superiores da Companhia de Jesus suas ações de catequização e suas súplicas para que os índios parassem de “comer carne humana por vingança dos que tomam em guerra”.

A ação de conquista desenvolvida entre 1597 e 1598 resultou no apresamento de índios potiguara; foram enviados para trabalhar como escravos nas lavouras açucareiras em Pernambuco e para servir aos novos colonos no Rio Grande. Segundo Frei Vicente de Salvador, em apenas uma aldeia nas proximidades da localidade onde foi construída a Fortaleza dos Reis Magos, os soldados “mataram mais de quatrocentos potiguares e cativaram oitenta...”, uma situação que marcou os primeiros contatos entre portugueses e indígenas e que mostra a força aplicada pela empreitada colonizadora contra os grupos que faziam oposição à conquista. Após a “pacificação”, os potiguara passaram a representar uma das principais forças de apoio dos portugueses nos subseqüentes avanços, sobretudo contra os índios tapuia.

Disponemos de documentos que informam sobre a presença dos índios tapuia que habitavam a porção interiorana da capitania do Rio Grande. Os sertões iriam ser divididos entre as capitanias da Paraíba, Rio Grande e Siará Grande e eram habitados por índios dos grupos paiacu, canindé, tarairiú, pega, janduí, javó, jenipapo, cariri e icó. Formaram duas nações: os tarairiú e os cariri. Esses diversos grupos indígenas evitavam o litoral devido à presença estrangeira e tinham inimizade com os grupos tupi, sobretudo os potiguara.

A localização dos pontos de fixação desses grupos no espaço é imprecisa, porém, sabe-se que



Mapa das nações indígenas. Nilton Xavier Bezerra

viviam de forma seminômade, deslocando-se de acordo com as estações do ano, à procura de água, para pescar e em momentos de safra de frutos. São características que foram anotadas pelo cronista holandês Joan Nieuhof em seus relatos sobre o período que viveu na América à serviço da Companhia das Índias Ocidentais, durante a invasão holandesa às possessões portuguesas.

Os holandeses deixaram crônicas, relatórios e mapas nos quais há uma forte presença indígena, tanto no litoral quanto nos sertões. Exemplo disso está na *Relação da Viagem ao País dos Tapuias*, editada pela primeira vez em Paris, em 1651, em que o cronista Roulox Baro relatou sua convivência com os índios liderados pelo chefe Janduí, apontando em vários momentos a hospitalidade destes.

Vários hábitos foram descritos pelo holandês em seu diário de expedição, entre eles a alimentação, com o uso da mandioca, os peixes e os frutos silvestres; bem como práticas xamanísticas e rituais funerários.

São os mapas holandeses que ajudam a entender a presença indígena no Rio Grande. Foram elaborados para fornecer informações sobre a natureza, o território, os sucessos da conquista e davam indicações geográficas sobre a posição dos grupos indígenas, seja de forma precisa – como é o caso dos janduí, grupo com o qual os holandeses desenvolveram alianças. O mapa *Nova et accurata brasilae totius tabula*, elaborado por Joan Blaeu e publicado em 1625, revela características da apropriação e interpretação do espaço por parte dos holandeses e índios. O termo tapuia aparece em vários pontos do mapa, delimitando a área ocupada por esses índios, e em alguns pontos, constava a especificação da presença de determinado grupo, como os janduí, à esquerda do rio Açu.

Em 1640, Jean de Laet sublinhou a diferença cultural que existia entre os índios tupi e tapuia, sobretudo no que diz respeito à organização social e às práticas antropofágicas:

(...) não são tão cruéis & inhumanos quanto os outros selvagens dessas províncias pois conversam de uma maneira bastante humana com os estrangeiros: mas eles são bons guerreiros (...) Eles não têm

religião; casam com tantas mulheres que eles querem ou podem nutrir: & também não é permitido às mulheres ter mais do que um marido, a não ser que o marido o permita publicamente, daí então elas podem eleger aquele que elas desejam. Quando eles vão guerrear, as mulheres levam a comida nas costas, numas cestas: eles ignoram qualquer uso de roupas: & vivem de raiz ou de pássaros ou de caça. Eles são antropófagos, & matam cruelmente seus prisioneiros & os comem de uma maneira inhumana: eles têm suas aldeias com muita gente, & cada um tem seu roçado separado, que é cultivado com muito cuidado (...)

Os detalhes contidos nas crônicas e nos mapas produzidos pelos holandeses sobre os janduí mostram que houve uma aproximação entre os tarairiú e os colonizadores. É o reflexo das boas relações e das alianças travadas entre os holandeses e o chefe Janduí ao longo do período em que a Companhia das Índias Ocidentais estabeleceu-se na capitania do Rio Grande. Os invasores conseguiram manter-se no Brasil, pois os índios os ajudavam a desbravar o território e serviam nos combates. Grupos aliados aos holandeses tornavam-se inimigos dos portugueses, motivo das declarações de Guerra Justa que foram travadas contra os tapuia dos sertões do Rio Grande, Paraíba e Siará Grande.

ALDEAMENTOS E MISSÕES APÓS A RESTAURAÇÃO

Com a restauração do trono português, em 1640, e o fim da chamada Monarquia Dual, uns dos principais problemas enfrentados pelo novo rei português, D. João IV, ocorreu em torno da retomada dos territórios invadidos pelos inimigos da Espanha durante a união dinástica, assim como a manutenção das fronteiras internas. Com relação à Holanda, uma das nações inimigas da Espanha, Portugal precisava ainda recuperar o monopólio sobre o comércio do açúcar e de escravos, onde suas colônias tinham sido atacadas pelos holandeses na tentativa de minar a economia espanhola.

O período logo após as guerras de Restauração (1630-1654) marcou a vitória dos luso-brasileiros sobre os holandeses, nas guerras de 1645 a 1649 lideradas por João Vieira Fernandes, luso-brasileiro. Era acompanhado por Henrique Dias, negro, e Filipe Camarão, índio potiguara. As duas batalhas dos Guararapes, entre abril de 1648 e fevereiro de 1649, representam um episódio de reestruturação da sociedade colonial, tanto no âmbito econômico, como também político, ao se tratar das alianças em construção e reconstrução com os grupos indígenas.

Os portugueses encontraram nas missões uma alternativa para concretizar essas alianças: as missões ofereciam a liberdade aos índios, limitada a esses espaços, os ensinavam a doutrina cristã, além de serem preparados para a vivência colonial por meio do convívio direto com os religiosos. Por ou-

tro lado, as missões representavam uma facilidade para os colonos acessarem à mão de obra indígena compulsória, tendo em vista a grande quantidade de índios aldeados, fato que colaborava para a concretização de parte do plano de interesses da Coroa portuguesa.



Igreja de Nossa Senhora do Desterro, Vila Flor. José Clewton do Nascimento

No território do atual Rio Grande do Norte, houve cinco missões, distribuídas geograficamente da seguinte maneira: Guajirú, atual município de Extremoz, criada em 1679 com indígenas dos grupos potiguara, panati e janduí; Guaraíras, com os primeiros registros em 1681, corresponde ao atual município de Arês, onde havia índios potiguara, caboclo e canindé; Apodi, cidade e região com mesmo nome até hoje, teve uma missão fundada em 1700 com índios paiacu; Mipibu, de 1736, atual município de São José de Mipibu, foi criada com potiguara e caboclo; Igramació, hoje Vila Flor, no litoral sul, foi fundada em 1740 com índios potiguara. Com exceção da missão de Igramació

e Mipibu, que foram administradas por carmelitas reformados e capuchinhos, respectivamente, as demais foram dirigidas por jesuítas, sob as regras estabelecidas no regimento das missões de 1686, até o final da década de 1750 e início de 1760. Vale lembrar que essas duas últimas, fundadas no século XVIII, surgiram através do elevado número do aprisionamento de índios, no contexto da Guerra dos Bárbaros, principalmente mulheres e crianças, e da consequente necessidade de agrupá-los num determinado espaço. Para além das missões, há registros da presença indígena em outras áreas da capitania do Rio Grande, como em Ceará-Mirim (índios panacu-açu); Cunhaú (canindé); Goianinha (potiguara), Potengi (curema); e Sabaúna, atualmente Sibaúma (paiacu).

Os grupos citados acima, como potiguara, panati, janduí, canindé, caboclo, paiacu, paiacu-açu e curema foram etnônimos atribuídos pelos europeus à época do contato com os diferentes grupos indígenas, porém, de maneira genérica muitos foram nomeados como tapuia, cujo significado era posto em contraposição aos tupi. Os tapuia, portanto, foram os grupos indígenas considerados como inimigos, hostis e rebeldes; representavam um interesse para os colonizadores, durante a chamada Guerra dos Bárbaros, pois eram capturados e vendidos como escravos. Essa categoria genérica foi criada em função da língua de família linguística de matiz Gê, o tarairiú, que não se fazia compreensível aos

tupi e colonos, portanto, eram chamados índios de língua travada.

Consolidava-se uma imagem negativa do tapuia como índio selvagem, que deveria ser dominado, fosse pela morte, escravidão ou, se possível, pela assimilação total na sociedade colonial. Os documentos produzidos pelas autoridades na colonização estão impregnados de adjetivos que caracterizavam negativamente os índios, além dos termos já citados, como gentios e bárbaros, muito recorrentes. Todas essas atribuições contribuíram para os estigmatizar como insolentes que, por isso, mereciam as ações violentas da Coroa portuguesa.

GUERRAS COLONIAIS: QUEM SÃO OS “BÁRBAROS”?

E como eu declarei em Junta Geral que fiz, que os prisioneiros desta guerra seriam escravos daquelles que os captivarem, assim como este é o grande estímulo para o gosto dos soldados, é muito importante o reparo que Vossa Mercê deve fazer em não consentir que deixem de degollar os Barbaros grandes só por os captivarem, o que principalmente farão aos pequenos, e às mulheres de quem não pode haver perigo, que ou fujam, ou se levantem.

Ordem do Governador Geral ao Capitão Manoel
de Abreu Soares, 14/03/1688.

Uma das investidas da Coroa portuguesa ficou conhecida, em alusão ao termo que os portugueses usavam para designar os tapuia, como a Guerra

dos Bárbaros, evento bélico de grande proporção territorial, temporal e social. Os portugueses usavam táticas de guerra militar, contando com tropas de paulistas, sertanistas conhecidos por apresarem índios, e também formadas por contingentes de escravos provenientes da África e até grupos indígenas do litoral aliados aos portugueses. Os conflitos iniciais datam de 1661, na região do Recôncavo baiano, porém, é por volta de 1687 até 1713 que se avolumam os registros históricos e, portanto, evidenciam um grande número de embates contra os índios. Os conflitos iniciados na Bahia estenderam-se pelas regiões do sertão de Rodelas, em Pernambuco; também na Ribeira do Jaguaribe, no Ceará; pelos sertões do Piauí e Paraíba, além da atual região do Assu, no interior do Rio Grande do Norte. O avanço da pecuária representou um motivo de acirramento entre índios e portugueses.

A Guerra dos Bárbaros resultou em um grande número de índios mortos: os portugueses entraram no sertão do Rio Grande no intuito de conquistar novas terras para a pecuária e estender o domínio da Coroa portuguesa sobre o território. Através dos enfrentamentos com os portugueses, construiu-se uma imagem negativa do índio, fosse aliado ou inimigo, que vem sendo desconstruída, paulatinamente. Muitas vezes, o índio foi associado ao guerreiro fadado ao fracasso, no entanto, a guerra foi uma forma de resistência à dominação colonial. Apesar da enorme mortandade ocorrida

na guerra, índios conseguiram escapar, em particular as mulheres com seus filhos, que foram levados aos aldeamentos e escravizados.

AS NOVAS VILAS DE ÍNDIOS

A partir de 1755, uma nova lei estabeleceu a liberdade dos índios, de seus bens e do comércio. No mesmo ano, foi incentivado o casamento entre brancos e indígenas e foi abolido o poder temporal dos missionários sobre os índios aldeados. Estas leis foram incorporadas ao Diretório dos Índios, também conhecido como Diretório Pombalino, lançado no Estado do Grão-Pará e Maranhão, em 1757, e adaptado para o Estado do Brasil, em 1759. Neste ano começaram os preparativos para a instalação das novas vilas de índios que iriam ser elevadas no lugar das missões. Estas vilas passaram a contar com câmara municipal que deveria ser composta pelos próprios índios, o que não aconteceu na prática.

Também foi determinado que os missionários jesuítas se recolhessem ao Colégio de Olinda. Assim, as missões de Guajiru e Guaraíras foram as primeiras a serem elevadas à vila de índios no Rio Grande do Norte, no ano de 1760, sendo administradas por padres seculares. A missão de Guajiru passou a ser vila de Extremoz em 3 de maio de 1760, onde já havia sido estabelecida a igreja e vigararia de São Miguel Arcanjo, desde 5 de fevereiro de 1759. A população da vila era de 1.429

pessoas, 319 casais e 765 moças e rapazes solteiros, além dos meninos e meninas em idade escolar.

No dia 15 de junho de 1760, a missão de Guaraíras foi elevada à vila de Arês, também já contando com a igreja e vigararia de São João Batista. A população da vila contava com um total de 949 pessoas, sendo 284 casais e 136 jovens solteiros, além dos meninos e meninas em idade escolar. Os índios que habitavam as vilas poderiam participar da vida pública desta, contanto que atendessem às exigências para exercer o cargo. Este foi o caso do índio Francisco Xavier da Silva, Capitão-mor dos índios da vila de Arês, eleito Juiz Ordinário em 1761. Porém, devemos considerar que poucos eram os índios que atendiam às exigências, haja vista um dos principais fatores de inabilitação dos indígenas ser o fato de eles não serem alfabetizados, e mesmo entre os não-índios, moradores da capitania, também eram muitos os que não sabiam ler e escrever.

Em Arês, Extremoz e São José do Mipibu, os índios da vila exerciam cargos militares e pagavam à Fazenda Real dízimos.

Outros etnônimos como canindé e panicuaçu aparecem nos documentos de criação das vilas de índios do Rio Grande do Norte, assim como “índios descidos”, ou seja, deslocados compulsoriamente; não sabemos as etnias às quais pertenciam. A partir do momento da elevação das vilas, os índios eram considerados vassalos do rei, desta

forma, na documentação colonial os etnônimos desaparecem. No entanto, os costumes indígenas continuam sendo registrados pelas autoridades que administram as vilas.

SÉCULO XIX - O “DESAPARECIMENTO”

Em três séculos toda essa gente desapareceu. Nenhum centro resistiu, na paz, às tentações da aguardente, às moléstias contagiosas, às brutalidades rapinantes dos conquistadores. Reduzidos, foram sumindo, misteriosamente, como sentindo que a sua hora passara e eles eram estrangeiros.

A “liberdade” do Marquês de Pombal matou-os como um veneno. Dispersou-os, esmagou-os, anulou-os [...] Quem vê os registros paroquiais do século XVIII, constata a procissão ininterrupta dos óbitos dos “caboclos”, de “índios”, quase todos meio plantadores, meio mendigos, desajudados, desajustados e caminhando para o aniquilamento.

Luís da Câmara Cascudo,
História do Rio Grande do Norte.

Em 1839, o então presidente da província do Rio Grande do Norte, governador à época, declarou à classe política local e aos dirigentes, bem como ao Imperador do Brasil, que os índios do Rio Grande do Norte vinham “progressivamente diminuindo”. Com muito entusiasmo por esse fato, o presidente da província Manoel de Assis Mascarenhas afirmou ainda que esses “indolentes habitantes do

Brasil” eram dados à ociosidade, reforçando nos documentos oficiais do Império um dos principais argumentos depreciadores usado pelos europeus para desqualificar os nativos. Não satisfeito por suas ponderações, indicou ainda que os índios viviam em terras incultas, ou seja, expulsos de seus locais à época, restou a eles terras pedregosas e pouco aráveis e, mesmo nessas condições, sugeria que o próximo presidente de Província que assumisse o governo local aumentasse a tributação sobre suas terras e atividades agrícolas.

Esse relato expressa, em grande medida, as práticas de combate e perseguição aos indígenas que ainda residiam nas vilas. Foi o caso, por exemplo, do massacre de aproximadamente 70 famílias de índios paiacu na vila de Portalegre em 1825. Eram tarairiú que haviam sido transferidos da Lagoa do Apodi, em 1761, para formar a vila de Portalegre e ali residiam por determinações da Coroa portuguesa à época. Ocorre que, no contexto revolucionário contra a monarquia, em 1817, os índios foram acusados de serem insubmissos e contrários ao Rei. Essas falácias contra os índios encobriram as verdadeiras intenções dos posseiros e proprietários de terras da vila de Portalegre: eliminar a sua presença e, portanto, prenderam-nos e decidiram escoltá-los até Natal. Entretanto, nunca chegaram ao destino, pois foram todos assassinados no pé da serra, nas cercanias da atual cidade vizinha de Portalegre, Viçosa.

Durante todo o século XIX, os registros oficiais do Império sobre a existência, modo de vida e cultura das populações indígenas foram paulatinamente ocupando menos espaço, o que corresponde ao projeto político das elites: fazer os índios desaparecerem. Ao tempo que, nas vilas e localidades do Rio Grande do Norte, as autoridades implementavam uma perseguição e executavam os índios, o governo imperial legitimou o discurso do desaparecimento por meio, sobretudo, do ocultamento de sua presença nos registros demográficos e informações censitárias.

Em 1844, os dados apontavam a existência de pouco mais de 145 mil habitantes na Província. Foram registrados por Juízes de Paz e Delegados presentes nas localidades e assentados nesse mapa populacional 6.785 índios, ou seja, pouco mais de 4% da população total. De acordo com o Recenseamento Geral do Império de 1872, 28 anos depois da contagem populacional de 1844, a população da Província havia crescido quase 65%, chegando à marca dos 238.979 habitantes, entre homens e mulheres, de condição livre ou cativa. No entanto, a categoria índios deixou de figurar em todos os dados censitários do Império nesse mapa de 1872.

Com esse panorama histórico, os índios do Rio Grande do Norte tiveram sua participação na história relegada a um passado distante e não foram incluídos nas narrativas sobre a constituição de uma identidade local, apesar dos moradores serem chamados de potiguaras.

Povos indígenas:
narrativas e lugares de memórias

Aqui tinha muito índio que meu avô, Chico Bichinho, Chico Soares, Antonio dos Oiteiros, meu avô, dizia que a bisavó dele foi pegada a casco de cavalo, montado no mato brabo e pegaram. Nesse dia disseram que pegaram seis aqui no pé da Serra do Martins... (Eles) casaram e botaram no quarto... Tinha índios aqui no nosso Brasil velho, dizia que era pegado de São José de Mipibu. Vieram atrás da pesca e da caça. Nesse tempo, os índios tinha muito que comer, passavam bem: veado, porco do mato, tinha muito, não tinha roupa não. Disse que tinha uns umbigos, botavam na cintura. Aí depois que se amansou, sabiam ler. Nas eras de sessenta do outro século, um índio de quinze anos tinha medo de andar na rua.

Disse:

– Por que vocês não vão pra rua?

– Que nós somos de outra nação de gente, nós temos medo de ‘tar aqui no meio da rua.

Agora, só tem a ascendência, já ‘tá tudo batizado, já morreram os mais velhos.

Seu Francisco Domingo Campo Grande

(10/03/1990)

A QUESTÃO INDÍGENA NO RIO GRANDE DO NORTE

A percepção negativa das populações ameríndias em terras potiguaras é explicada, em parte, pela forma como foi escrita a historiografia local, tomando o partido dos vencedores, e, por outro lado, pela ausência de estudos especializados na região até o fim dos anos 1990. Mostra o desdém dos intelectuais locais para o assunto e a hesitação da sociedade em reconhecer a legitimidade das reivindicações étnicas. Existem poucos materiais didáticos e, geralmente, os que existem reproduzem a imagem congelada de um índio da era colonial, não afeito aos costumes europeus.

Assim, preferiu-se negar os efeitos da colonização portuguesa, pois trouxe consigo a exploração territorial, o uso de mão de obra escrava indígena e africana, e a utilização sistemática da violência para conter as revoltas e a apropriação dos territórios. Os povos indígenas foram impedidos de manter sua própria cultura e religião e forçados a se integrar: a fuga, a recusa do batismo, a pouca participação na vida da igreja, as “práticas pagãs” ou realização de “danças lascivas” e “imorais” nas festas de santos caracterizam uma resistência à imposição de uma doutrina cristã e correspondem a um registro memorial onde aparecem esporadicamente índios e caboclos brabos que lutam na defesa dos seus territórios.

As narrativas construídas sobre as populações indígenas no Nordeste, e em especial as do Rio Grande do Norte, invisibilizaram histórias de re-

sistência; inicialmente, não foram elaboradas em contextos acadêmicos e foram orientadas pelas elites locais, ignorando as especificidades étnicas. A reapropriação da categoria colonial índio pelas populações autóctones traz consigo a potencialidade de uma organização coletiva, um mecanismo político e jurídico de afirmação da diferença. A memória e a oralidade são dispositivos importantes na retomada das identidades indígenas e servem de suporte à resistência dos grupos, na defesa dos seus direitos constitucionais e dos seus territórios. Nesse sentido, a disputa que ocorre no campo da narrativa histórica evidencia os embates em torno da questão étnica e mostra que o assunto continua sendo polêmico, como encenam as celebrações dos santos mártires de Cunhaú e Uruaçu.

É nosso dever questionar a história que foi escrita: quando se olham os números, e mesmo se precisarmos desconfiar das fontes, estranhamos o sumiço repentino das populações indígenas dos documentos oficiais. Além disso, no século XVIII, eram registrados, nos registros paroquiais, no livro dos negros, onde constavam os negros, os pardos, os mulatos e os índios, o que dificulta a identificação da origem étnica. Como explicar que em 1763 havia 1.805 índios na vila de Portalegre e que em 1805 restavam apenas 400? Por que, em 1777, foram listados 3.550 índios em São José, e em 1811 só foram encontrados 311? O que aconteceu em 34 anos, num período em que as terras conheceram

uma importante valorização? A miséria, a fome, o trabalho forçado teriam obrigado os índios a fugir das vilas? Teriam sido transformados em mestiços, caboclos ou mamelucos? Ou simplesmente foram apagados dos registros? Apesar da política de integração forçada conduzida desde a Colônia, nos primeiros anos do século XXI, índios tomam a palavra e colocam em xeque o consenso histórico em torno do extermínio total. Ao reunir as informações oriundas de fontes dispersas, desenha-se um outro enredo sobre a presença indígena, do período colonial até os dias atuais, na qual índios aparecem como protagonistas da sua própria história.

Importante notar que grande parte das comunidades indígenas estão localizadas nas zonas rurais, o que pode ser explicado pela sua conexão com os seus territórios, pelas tentativas em escapar das violências ou ainda, pela marginalização imposta pela sociedade envolvente.

O processo de emergência étnica no Rio Grande do Norte é recente: a partir do início do século XXI, quando grupos indígenas participam de manifestações públicas em que solicitam o reconhecimento dos seus direitos constitucionais. Hoje, o movimento tem um grande protagonismo – em particular por parte das mulheres –, é articulado e tem uma atuação em nível nacional. Conquistas foram alcançadas mas, de um modo geral, a questão territorial ainda não está resolvida.

UMA CONSTRUÇÃO POLÍTICA DA IDENTIDADE INDÍGENA

O ano de 2005 é importante para entender o cenário contemporâneo acerca da presença indígena no Rio Grande do Norte. Nesse ano foi realizada a primeira audiência pública na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (ALERN), na qual três grupos – Caboclos de Assu, Eleotério do Catu e Mendonça do Amarelão – apresentaram suas demandas ao Estado, afirmaram sua especificidade étnica e expressaram a necessidade de seu reconhecimento como indígenas. Pouco a pouco, outras comunidades passaram a integrar o movimento indígena local. As primeiras reivindicações formais datam dessa época: a I Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial (2005) em Natal é seguida de uma audiência pública intitulada “A presença indígena no Rio Grande do Norte: afirmação de suas identidades” (2005) em Natal; as reuniões do Grupo Paraupaba/Museu Câmara Cascudo e as três Assembleias dos Povos Indígenas do Rio Grande do Norte – AIRN, promovidas pelo movimento indígena local em 2011 (Goianinha), em 2013 (Sagi), em 2015 (Caboclos) e em 2017 (Catu).

As reivindicações para que sejam efetivadas ações visando a regularização fundiária das terras indígenas, conforme manda a Constituição brasileira, é pauta comum a todas as comunidades. Todas conhecem conflitos causados pela poluição dos rios por produtos químicos usados nas lavou-

ras, invasões ou cercamento dos seus territórios tradicionais, impedindo as atividades produtivas. Além da questão fundiária, uma das reivindicações do movimento é a participação das lideranças no censo demográfico, pois muitas comunidades que são reconhecidas pela FUNAI não aparecem nos números oficiais. Nas estatísticas divulgadas pelo IBGE entre 1991 e 2000, o número de indígenas autodeclarados no Rio Grande do Norte saltou de 394 para 3.168 indivíduos. No censo de 2010, foram contabilizados 2.597 indígenas, dos quais 866 residiam na capital, Natal, e 1.731 residiam nas demais cidades do estado. Entre as unidades da federação, o Rio Grande do Norte consta como o estado com menor população autodeclarada do país. Porém, essas informações carecem de uma análise mais aprofundada, pois a metodologia da coleta é questionável.

Atualmente, os grupos existentes referem-se às seguintes etnias: potiguara, tapuia tarairiú, tapuia paiacu e caboclo. Os grupos estão presentes em vários municípios do estado e estão distribuídos nas aldeias de Sagi-Trabanda, em Baía Formosa, Catu, nos municípios de Canguaretama e Goianinha, Tapará, em Macaíba e São Gonçalo do Amarante, Amarelão, Serrote de São Bento, Assentamento Terezinha, Assentamento Marajó e Açucena, em João Câmara, Cachoeira, em Jardim de Angicos, Caboclos, em Assu e Apodi.

RITUAIS

O toré é uma dança, um ritual ou, quando realizado publicamente, uma brincadeira comum a todos os povos indígenas do Nordeste. Foi registrado em 1938, durante a missão de Pesquisas Folclóricas, e em 1954, por Hohenthal Jr. O autor afirmou ser a dança mais difundida entre os caboclos do Nordeste do Brasil.

No toré se faz uso da jurema sagrada, planta e ritual realizado a partir da árvore que é bastante comum no Nordeste. Os potiguara do Sagi-Trabanda, os potiguara Mendonça, os tapuia tarairiú e os paiacu a consomem em situações políticas e festivas voltadas para um público mais amplo. A jurema é uma bebida feita a partir da decocção da casca ou da raiz e tem propriedades psicoativas. Tem uso atestado historicamente, pois Cascudo informa que, em 1758, um índio da aldeia de Mipibu fez um adjunto de jurema e por isso foi preso. A bebida é utilizada pela maioria dos povos indígenas dessa região durante os rituais, a ponto de ser classificada como um complexo ritual que articula religiões de matriz indígenas e africanas. Elemento central da cosmologia indígena do Nordeste, o vinho de jurema possibilita o estabelecimento de contato com o mundo dos seres espirituais chamados de encantados.

A dança do toré é iniciada com uma oração silenciosa; os participantes se posicionam em círculo, tendo ao centro o mestre do toré, que conduz o

ritual. Em seguida, são entoadas cantigas, chamadas de linhas, acompanhadas dos sons de maracás e zabumbas que se misturam às vozes dos mestres da dança, dos dançarinos e às batidas dos pés. Os participantes da roda do toré usam saias de agave, cocares de penas e diversas pinturas corporais à base de urucum e jenipapo. Durante todo o ritual, há defumações com uma mistura de ervas como alecrim de tabuleiro, amesca e fumo, dentre outros; a fumaça é direcionada pelo bico do cachimbo com o forninho na boca, como também pela incineração das ervas em um pequeno fogareiro localizado no centro da roda.

O ritual do toré é cumpre um importante papel na resistência identitária e é considerado em distintos contextos etnográficos como a religião ou a cultura do índio.

NO TEMPO QUE OS BICHOS FALAVAM

Antigamente, ouvi contar, eu aprendi. Se for estória mal contada, foi dos velhos antigos, eu não tenho culpa realmente não. Eu ouvi contar essa estória que existiu antigamente no tempo da inocência... Diziam que existia milagre, existia inocência, eles falavam que gente virou santo. Tinha minha filha. Tinha os reinados, os reinados desabitados com aquelas casas grandes, naquelas fazendas que ninguém habitava. Existiam casas desabitadas, aquelas matas, aquelas montanhas. Com leoa, leão, onça. Os leões devoradores. E realmente ainda existe. Assim



Comadre Fulozinha, Custódio Jacinto de Medeiros

como vê aqueles livros que a gente estudou. Ciência.
Tinha aqueles animais ferozes mesmo.

Vitória Ivoneide de Oliveira,
Monte do Galo, Carnaúba dos Dantas, 1991.

A tradição oral guarda as marcas da conquista, reformulando-a com elementos de mitologia indígena: os índios e as populações rurais compartilham narrativas que contam uma versão *a priori* confusa da história. Parece que todos os antepassados e os

“espíritos” foram colocados num passado indefinido e se confundem com o mundo natural. Os santos, os animais fabulosos e as almas coexistem nas grutas, nos rochedos, na “casa de pedra” de Pium, que seria uma ruína abandonada pelos holandeses. As igrejas das antigas missões capuchinhas, tomadas pela vegetação nativa, escondem túneis, teriam sido destruídas pelos caçadores de tesouros; no subsolo, uma baleia veio fazer sua cama. As serpentes da lagoa de Extremoz ainda são vistas: são crianças pagãs que os índios teriam jogadas na lagoa e que foram transformadas em monstros. As sereias, princesas ou simples curiosos que entraram nos túneis ou nas furnas se “encantaram”. Não voltaram mais. Pertencem, a partir de então, a um mundo adormecido. Escutam-se os gemidos, as súplicas e as tristes melopeias dos condenados à errância eterna na gruta do bode, próximo a Catu dos Eleutérios. As serras são reinados encantados onde veem-se princesas, como em Parelhas ou no Cabeço do Ereré, próximo a Triunfo potiguar. As matas serranas são redutos de onças e outros animais fantásticos que se encantaram, como na mata da bica de Portalegre onde ainda escuta-se o choro de Jandi; ouvem-se bandas tocando música e barulhos de locomotiva que dão calafrios aos passantes solitários.

Lembra os encantados que são chamados durante os rituais dos povos indígenas do Nordeste; os ancestrais se transformam e se tornam parte da natureza. Assim, o sertão, os sítios arqueológicos e

os monumentos são habitados por almas, espíritos humanos ou animais que continuam a visitar os vivos, em sonhos, revelando segredos ou mostrando a verdade. A ideia de um passado que pode ressurgir a qualquer momento parece ter muita força. São os folcloristas, como Luís da Câmara Cascudo, que coletaram as narrativas orais e mostraram a importância das entidades sobrenaturais indígenas que continuam cuidando dos animais, guardando as matas, as serras, os olhos d'água. No mato, vivem os espíritos que protegem as caças, maltratam os cachorros, assobiam nos ouvidos dos caçadores, trançam os cabelos dos cavalos, jogam pedras etc. São eles: Caipora, nome pejorativo dado à Comadre Fulozinha, e Saci, Mães d'Água, antas esfoladas, onças que dão saltos extraordinários, carneiros de ouro voadores, lobisomens cruzam as almas dos mortos sem sepultura e os santos padroeiros encontrados nas lagoas. Lembram também as histórias de trancoso, fábulas em que os animais dominam a cena, chamando-se de camarada macaco ou de comadre onça.

Além desse conjunto narrativo transmitido oralmente, cada grupo mantém viva sua história, graças à genealogia dos seus ancestrais que foram enterrados no território. São os anciões que transmitem o conhecimento das plantas cujo uso é associado a rezas para curar pessoas e animais. A defumação é utilizada no parto. Apesar de muitos negarem uma ancestralidade indígena, esta ressur-

ge repentinamente nas memórias das “tataravós pegadas à dente de cachorro e casca de cavalo”, histórias que encontramos em todo Nordeste brasileiro.

Diante da preocupação em conhecer sua história, em transmiti-la às novas gerações e fortalecer sua identidade, os grupos indígenas elaboram projetos de museus e de turismo comunitário, em particular entre os que têm um protagonismo político, os que recebem visitantes e nas localidades onde são realizadas festas anuais: a Festa da Castanha do Amarêlão, a Festa do Milho de Sagi-Trabanda, a Festa da Batata em Catu e a Feira de Cultura de Tapará.

Apresentamos a seguir uma breve descrição das comunidades, incluindo elementos da história, das formas de organização social e das suas manifestações culturais.

O CURIMATAÚ – POTIGUARA

Os potiguara, que pertencem ao grupo linguístico tupi, ocupavam o litoral do Ceará, do Rio Grande e da Paraíba. Participaram das guerras contra a ocupação holandesa ao lado dos portugueses, embora uma pequena parte aliou-se aos batavos. Reunidos em aldeias, praticavam a agricultura, eram sedentários. Foram os primeiros grupos que tiveram relações de comércio e de guerra com os europeus que invadiram seus territórios e os forçaram a trabalhar. Foram cristianizados e, após a expulsão dos jesuítas, em 1759, eram assistidos por padres regulares

ou recebiam as visitas das missões volantes ou populares, cujo último representante é Frei Damião, que deixou marcas na memória local.

No Rio Grande do Norte, hoje encontramos grupos que reivindicam a identidade potiguar no litoral sul, em Catu e Sagi-Trabanda.

VILAS E MONUMENTOS

As missões de aldeamento e as antigas vilas de índios foram os primeiros centros de população da época colonial e, por isso, foram os principais cenários da história indígena. O maior volume de informações documentais no litoral sul do estado se explica pelo fato de que a região foi mais intensamente explorada no período colonial e teve o maior engenho de açúcar da capitania, o engenho Cunhaú, que funcionou até os meados do século XIX.

De maneira curiosa, as antigas missões e vilas – Arês, Vila Flor, Cunhaú, Nísia Floresta – são espaços onde existem registros que atestam uma presença indígena contínua ao longo dos séculos XVI-XIX, mas que não contam hoje com um número importante de indivíduos se reconhecendo como índios.

Todas as vilas foram construídas com o mesmo padrão arquitetônico. Guaraíras, datada de 1681, corresponde ao atual município de Arês (potiguar, caboclo e canindé); Apodi, região com mesmo nome atualmente, cuja missão foi fundada em 1700

(paiacu); Mipibu, de 1736, atual município de São José de Mipibu (potiguara e caboclo); e Igramació, hoje Vila Flor, no litoral sul, fundada em 1740 (potiguara). Como dito, com exceção da missão de Igramació e Mipibu, que foram administradas por carmelitas reformados e capuchinhos, respectivamente, as demais foram dirigidas por jesuítas, sob às regras estabelecidas no regimento das missões de 1686, até o final da década de 1750 e início de 1760.

VILA FLOR

Inicialmente foi uma aldeia potiguara, Gramació, onde, em 1730, os padres carmelitas estabelecem a missão de Igramació. Foram agregadas duas aldeias próximas, Macacau e Tapissurema, em 1762, e a povoação de Utinga, todas com índios que também falavam o tupi. Estas quatro povoações juntas contavam com 1.452 índios. No local da missão de Igramació, foi criada Vila Flor em 10 de outubro de 1762.

A localização deste aldeamento foi estratégica, pois era vizinho ao Engenho Cunhaú, o principal produtor de açúcar da então capitania do Rio Grande, que foi propriedade da família Albuquerque Maranhão até o século XIX. Assim, os índios eram utilizados como mão de obra, tanto escrava quanto remunerada, no engenho e nas demais lavouras necessárias ao sustento dos moradores. Foi um dos primeiros núcleos de colonização portu-



Capela de N. S. das Candeias, Engenho Cunhaú. José Clewton do Nascimento

guesa no Rio Grande do Norte e centro de evangelização católica. Na praça principal, no antigo largo da missão de aldeamento, encontra-se a capela de Nossa Senhora do Desterro, que já existia em 1690 – foi tombada e reformada nos anos 1980 pelo IPHAN – e a casa de câmara e cadeia onde, no século XVIII, funcionava a câmara e a cadeia municipais. É uma das poucas construções coloniais que resistiram ao tempo; mostra a importância desse sobrado de primeiro andar, onde os chamados homens bons – aqueles que poderiam eleger os representantes políticos e ser eleitos – atuavam no andar de cima, enquanto os “homens maus” eram trancafiados no andar de baixo, na cadeia.

CUNHAÚ

O engenho Cunhaú, localizado a 65 km de Natal, foi o maior engenho de açúcar da capitania do Rio Grande até os meados do século XIX. É um dos

principais lugares da história colonial, pois foi lá que Jacob Rabbi – casado com uma índia chamada Domingas –, atacou a Capela do Cunhaú com sua tropa de índios janduí, “tapuias” da Nação Tarairiú.

O episódio, de 1645, é o mais lembrado pela historiografia clássica. Como afirma Câmara Cascudo (2008, p. 79):

Cunhaú está no centro de suas [de Dendê Arcoverde, o governador dos índios] terras. Englobavam-se a que chamamos ‘usina Maranhão’, ‘Bom Passar’, ‘Torre’, [...] ‘Mangueira’, ‘Cruzeiro’. Tudo era Cunhaú. Até a extensão verdejante do *sítio* ‘*Estrela*’ se incluía na denominação tradicional.

A capela em ruínas foi tombada pelo IPHAN em 1962. Em 2000, data da celebração dos 500 anos da chegada dos portugueses, a Igreja Católica iniciou um processo de beatificação de trinta mártires que, em 2017, foram santificados.

O evento na capela dedicada à Nossa Senhora das Candeias, no antigo engenho, ocorreu no dia 16 de julho do citado ano de 1645, onde 69 pessoas estavam reunidas. A capela passou a se chamar Nossa Senhora da Purificação, pertencia à família Albuquerque Maranhão e funcionava em 1686.

Em Canguaretama, desde os anos 2000, existe uma comemoração anual organizada pela Igreja Católica denominada Massacre de Cunhaú, que conta a história do ataque aos trinta mártires que

foram santificados em 2017. Até a beatificação e a pesquisa documental realizada para instruir o processo, só havia uma devoção para as almas de Cunhaú e missas eram ditas em Canguaretama sem que os nomes das vítimas do massacre fossem lembrados. Uma estátua que foi instalada na entrada da cidade de Canguaretama, na BR-101, encenando um índio apunhalando um padre pelas costas, provocou uma viva reação das lideranças, que solicitaram sua remoção.

SÃO JOSÉ DE MIPIBU

Em 1630, o cronista holandês Adriano Verdonck aponta *Moppobú* como a mais importante das cinco ou seis aldeias indígenas do Rio Grande. Apenas em 1736, a aldeia de Mipibu tornou-se missão de Nossa Senhora de Sant'Ana dos Caboclos de Mipibu, com a presença fixa de missionários capuchinhos. Nesse momento, foi realizada uma nova demarcação de terras, instalando-se a missão em um novo local na área atual da cidade de São José de Mipibu.

Os índios que foram reunidos na missão de Mipibu eram potiguara. Assim como em todas as novas vilas fundadas, na vila de São José muito índios foram forçados a migrarem para compor a quantidade mínima de casais para formar a nova vila. Foi assim que os pega, aldeados na Serra da Cepilhada, localizada entre as capitânicas do Rio Grande do Norte e Paraíba, foram conduzidos para São José. Estes índios deveriam ter sido transferidos para a

missão do Apodi, no entanto, por terem rivalidades com os paiaçu que lá moravam, o Juiz de Fora do Recife decidiu mandá-los para São José. Nesta condução, constavam 115 casais e 30 rapazes pega. É importante salientar que as transferências realizadas para a construção das vilas, em geral, foram compulsórias, motivando fugas. No caso dos pega, apenas 20 dos 115 casais permaneceram em Mipibu durante uma tentativa de fuga que foi frustrada pelo Juiz de Fora que, ao encontrar os índios que haviam fugido, os remeteu novamente para Mipibu. A vila de São José do Rio Grande foi criada no dia 22 de fevereiro de 1762, contando com 1.235 índios potiguara e pega, dentre eles Salvador Soares, eleito vereador da câmara.



Igreja de Nossa Senhora do Ó, Nísia Floresta. Nilton Xavier Bezerra



Baobá. Nilton Xavier Bezerra

NÍSIA FLORESTA

*Contava-se em Papary
A lenda de uma sereia;
Era a história de Jacy
Jovem tapuia da aldeia,
Jacy famosa e catita
Filha do chefe Aribó (...)
Lenda da lagoa de Papary*

O aldeamento indígena chamado Papary já existia quando da chegada dos portugueses. As fontes holandesas fazem referência a Papary entre 1633 e 1654. Mas foi em 1703, após a expulsão dos holandeses, que a aldeia foi demarcada. Na década de 1720, os capuchinhos, missionários italianos, fundaram uma missão onde iniciaram a construção da igreja de Nossa Senhora do Ó, que foi concluída 52 anos depois, em 1755. A primeira imagem teria sido feita pelos índios.

Passou à categoria de vila apenas em 1852. A Igreja Matriz foi construída em frente ao largo principal e representa o maior patrimônio da cidade, junto com o baobá de mais de dez metros de circunferência, de idade desconhecida.



Igreja de São João Batista, Arez. Nilton Xavier Bezerra

ARÊS

O aldeamento de Guaraíras, que toma emprestado o nome da antiga lagoa, era ocupado pelos indígenas antes da chegada dos portugueses. Os potiguara chegaram a ser deslocados da região, mas em 1678, após alguns anos da expulsão dos holandeses, foram reinstalados no local que antes ocupavam. A capela de São João do Guaraíras já funcionava em 1681. O aldeamento foi alçado à vila em 1760, passou a se chamar Arês. A lagoa era um importante local de pesca, da qual os índios retiravam pescados que serviam para abastecer a capitania.



POTIGUARA DO CATU, CATU DOS ELEUTÉRIOS

A comunidade indígena potiguara é situada em dois municípios, Canguaretama e Goianinha, cuja divisão é o rio Catu, que dá nome ao grupo. Catu significa bom, agradável ou “a região dos ossos, cemitério”; segundo o cacique Luiz, tal nome faz referência à luta e à resistência indígena. A nascente do rio Catu é localizada na mata ciliar, aproximadamente a 3 km da comunidade indígena. Na praia, separa Sibaúma de Barra do Cunhaú, onde deságua o rio. Catu pertence à Área de Proteção

Ambiental Piquiri/Una. 142 famílias, cerca de 726 pessoas, vivem nas margens do rio, onde são preparados os roçados no Paú.

A aldeia atual teria sido formada por tapuia e potiguara do antigo aldeamento de Igramació, mais precisamente vindos de Catuzinho, hoje distrito de Vila Flor. Os primeiros documentos históricos sobre a comunidade datam de meados do século XIX, quando houve uma doação de terras do Padre Góis aos irmãos Eleotério – o nome dado aos irmãos se refere ao dono dos lotes. Há também outro tronco antigo, a família Serafim.

As atividades econômicas locais provêm da agricultura familiar e do trabalho com a cana-de-açúcar, além dos benefícios de programas sociais do governo. As famílias cultivam feijão, milho, macaxeira, hortaliças e, principalmente, diversas espécies de batata doce, aproveitando o solo fértil do vale para produzir alimentos, seguindo os princípios da agroecologia. A produção é destinada ao consumo e para comercialização nas feiras e nos demais comércios da região. Ao todo, são mais de trinta espécies de batatas-doces que são cultivadas; entre elas a batata trouxinha, a cenoura e a beterraba.

No rio, havia muita traíra, piaba e camarão pitu. No entanto, os moradores não conseguem mais pescar nem caçar, devido à poluição e ao intenso desmatamento provocado pelo avanço dos canaviais. A coleta de frutos nativos, como a mangaba ou o batio, dos cipós e da taboca, bambu nativo,

também está sendo afetada pelos conflitos socioambientais ocasionados por empreendimentos do agronegócio, como as usinas e a monocultura da cana. A indústria canavieira provoca a poluição dos rios, prejudica as plantações e provoca a degradação da mata ciliar, da nascente e das margens do rio, com o desmatamento. Os potiguara do Catu solicitaram à FUNAI a constituição de um grupo técnico para identificação e demarcação da terra indígena, no intuito de promover a regularização fundiária do território.

Cada distrito possui uma escola municipal com ensino bilíngue português/tupi: em Canguaretama, a Escola João Lino da Silva, criada em 1985 e primeira escola indígena do estado, reconhecida pelo Ministério da Educação, em 2009, tem 59 alunos; em Goianinha, a Escola Indígena Municipal Alfredo Lima, com 133 alunos, funciona desde 2016, como escola integral. Os saberes tradicionais – a tradição oral, a música, os hábitos alimentares, o conhecimento das plantas, o saber dos curandeiros, garrafeiros e cipoeiros –, a história, o toré, o artesanato e o ensino da língua são integrados no currículo das escolas. Há um projeto de criação de museu em curso.

Mensalmente, na lua cheia, as famílias se reúnem na mata ou numa casa para trocar experiências, dançar e cantar o toré. As pinturas corporais e os adornos utilizados nos eventos públicos e nos momentos rituais são o suporte da reafirmação étnica do

grupo. As plantas comumente usadas na preparação das tintas são o jenipapo e o urucum. As cores mais escuras são usadas nos momentos de batalha ou protesto, enquanto as mais claras e suaves simbolizam a alegria. Os animais representados nas pinturas são o peixe, o jabuti e a cobra.

Os potiguara do Catu realizam anualmente, no dia de Todos os Santos, dia primeiro de novembro, a Festa da Batata. Criado por Seu Chico Neném nas proximidades da Capela São João Batista, construída nos anos 1970, o evento reúne personalidades políticas, representantes indígenas de outras comunidades, membros de diversas instituições de ensino, artistas, militantes do movimento indígena que vêm desenvolvendo atividades em parceria ou atuam na defesa das causas ambientais e dos direitos das populações tradicionais. A festa atrai cada vez mais visitantes e, a partir de 2013, foi criado o concurso da maior batata e do melhor prato. Com atuação do NEABI do Instituto Federal, o turismo comunitário é incentivado e foram organizadas trilhas para visitação.



SAGI-TRABANDA (POTIGUARA)

*“Potiguara é guerreiro, potiguara é quem vai guerrear!
Guerreia na terra guerreia no mar, potiguara é quem vai guerrear”.*

Fragmento de uma canção, ponto do toré potiguara
cantado na aldeia Sagi-Trabanda.

Os potiguara de Sagi-Trabanda estão localizados no extremo sul do litoral norte-rio-grandense, na região do Rio Guajú, no município de Baía Formosa, na fronteira com a Paraíba. Em 2015, a população era estimada em 476 pessoas repartidas em 168 famílias, distribuídas no povoado do Sagi e nas aldeias Sagi-Trabanda e Jacu. Vivem da pesca artesanal, da coleta de frutas, da agricultura de subsistência – feijão, batata, macaxeira e milho – e das atividades turísticas. Anualmente, a comunidade realiza a Festa do Milho, no mês de junho. Tal evento conta com a participação de estudantes da região, indígenas de outras aldeias e de seus parentes potiguara da Paraíba, notadamente das aldeias de Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto, de onde

várias famílias migraram no final do século XIX e ao longo do século XX.

O grupo luta para efetivar seus direitos: a permanência dos potiguara do litoral baía-formosense em seu território tradicionalmente ocupado é atestada historicamente por meio de extensa documentação histórica, mas também pela tradição oral. Os vínculos históricos e culturais com os potiguara da Paraíba podem ser identificados nos relatos de migrações, através das trocas matrimoniais entre as aldeias paraibanas e a praia do Rio Grande do Norte, bem como no trânsito de pessoas e famílias entre as localidades em períodos específicos, como as festas de padroeiro (Nossa Senhora do Rosário no Sagi-Trabanda, São Miguel – Baía da Traição – e Nossa Senhora dos Navegantes – Aldeia Coqueirinho Marcação). Nas fontes documentais, aparecem diversas referências aos processos de ocupação indígena, que é localizada no antigo domínio da família Albuquerque Maranhão. Essa referência lembra o desenho territorial delineado na região de Baía Formosa nos séculos seguintes à colonização: a concessão de sesmarias e o aforamento perpétuo de uma extensa área que continha o chamado Engenho Estrela.

A aldeia Sagi-Trabanda está incluída em um projeto de turismo sustentável do Governo do Estado da Paraíba denominado Trilha dos Potiguara. Na descrição do território potiguara, é sugerida a proximidade de relação dos potiguara da Paraíba

com os do Rio Grande do Norte e é evidenciada a importância da demarcação de uma terra indígena. No mapa dos destinos e trilhas, a Aldeia Trabanda figura como um dos lugares a serem visitados pelos turistas. A sua inclusão nos circuitos turísticos da região aumenta o fluxo de visitantes, impacta a ocupação tradicional da comunidade sobre a área e associa os equipamentos turísticos a um projeto que visa promover um turismo étnico sustentável e a inclusão social.

Se o turismo traz benefícios para os índios, ele tem promovido a especulação imobiliária e a exploração econômica das terras para a produção de cana-de-açúcar. Os potiguara vivem cercados por canaviais, o solo e as águas são contaminados com agrotóxicos, há um desmatamento intensivo, ocorrem incêndios e conflitos socioambientais que prejudicam o bem-estar da comunidade. A pressão imobiliária sobre as áreas ocupadas tradicionalmente pelos indígenas e sobre o controle dos recursos naturais provocou o levantamento da aldeia ou do movimento na primeira década deste século XXI. O grupo sente a necessidade de se fortalecer face aos constantes e violentos ataques de posseiros, fazendeiros e usineiros: os roçados foram destruídos, a residência do atual cacique foi colocada abaixo, a construção de novas casas foi impedida na área denominada Trabanda, indígenas foram processados, denúncias de crime ambiental foram feitas etc.

Face ao quadro conflituoso e de vulnerabilidade dos potiguara, e por recomendação do Ministério Público Federal (MPF), foi constituído, em 2015, um grupo técnico para identificação e delimitação da terra indígena potiguara Sagi-Trabanda. Os estudos e pesquisas multidisciplinares estão ainda em curso.

PIRANHAS-AÇU – SERIDÓ

No Seridó potiguar³, apesar das evidências arqueológicas e históricas, não há grupo autodeclarado indígena. Existem muitos relatos orais e memórias sobre uma ascendência indígena e referências genealógicas com uma tataravó, bisavó ou avó que são lembradas como “caboclas brabas, pegas a dente de cachorro e a casco de cavalo”.

A região concentra mais de 130 sítios arqueológicos, testemunhos de uma intensa e prolongada presença indígena; alguns desses locais foram utilizados como refúgios após o desaparecimento oficial das populações indígenas do estado, em 1850.

PRIMEIROS REGISTROS

Segundo os cronistas coloniais, os tarairiú eram divididos em diferentes nações e viviam em conflito.

3. O Seridó, localizado no interior do estado, abrange 28 municípios. É tradicionalmente dividido entre Seridó Ocidental (de Jardim de Piranhas a Caicó) e Seridó Oriental (de Cruzeta a Equador).

Eles adotavam os nomes de seus chefes: os janduí, os paiacu, os jenipapo-açu, os icó, os caboré, os capela etc.

Na primeira metade do século xvii, Jacob Rabbi comanda um grupo janduí e ataca fazendas de portugueses, até 1647, quando morreu. Contavam-se mais de dois mil janduí guerreiros em 1639; este número diminuiu drasticamente durante a Guerra dos Bárbaros. Em 1689, num conflito na Serra da Rajada, perto da atual cidade de Carnaúba dos Dantas, 1.500 índios foram mortos e 300 aprisionados. No ano seguinte, mais de mil índios foram presos na Serra do Acauã, entre Acari e Currais Novos. Em 1692, os tapuia ainda eram numerosos: as estimativas variam entre 13 mil e 20 mil indígenas levantados. Duzentos janduí e trinta panati foram deportados para a “Cidade dos Veados” (Extremoz: 1678-1683), na época dirigida pelos jesuítas. Segundo Joffily, foram esses índios que atacaram uma fazenda no século xvii, na Serra do Forte, atualmente situada entre as cidades de Carnaúba dos Dantas, no Rio Grande do Norte e Picuí, na Paraíba.

ONDE ESTÃO OS ÍNDIOS DO SERIDÓ?

Durante o período colonial e até o século xix, os chamados “tapuias” resistiram à ocupação dos portugueses. Há registros de casamentos entre índios, de índios com negros, encontramos crianças expostas (abandonadas), mortes prematuras, mães solteiras, criados, índios assistentes nas fazendas,

casais que migram para uma outra cidade ou mesmo que são chamados de vagabundos; quase todos compartilham um mesmo estado de pobreza e alguns se recusaram a chamar o sacerdote para receber a extrema-unção. Há livros paroquiais onde constam o nascimento e o óbito de índios em toda freguesia de Sant’Ana, que corresponde ao Seridó atual, até os meados do século XIX. De repente, a menção a “índio” desaparece dos registros oficiais para dar lugar ao termo pardo, termo que podia designar tanto os índios como os mestiços.

Há recorrência de índias com nomes católicos que deram origem a famílias sertanejas. É o caso de Tereza, Rosa, Inês, Joaquina, Maria da Conceição, Damásia, Fabiana, Joana, Luíza, Micaela etc. Além de serem registradas com o nome de batismo, como era a norma da época, a referência à origem étnica some pouco a pouco nos registros paroquiais, e parece haver uma tentativa de esconder as origens indígenas das ancestrais. Assim, seguindo a tradição oral, o coronel Caetano Dantas Correa, fundador de Carnaúba dos Dantas, teria caçado Micaela a casco de cavalo e dente de cachorro na Serra da Rajada, entre os atuais municípios de Carnaúba dos Dantas, Acari, Parelhas e Jardim do Seridó. Ela teria sido amansada, casou com o coronel e teve uma grande quantidade de filhos. Na versão documental da história, Micaela Dantas Pereira aparece como a filha do coronel com Josefa de Araújo Pereira. Josefa, por sua vez, era filha do português

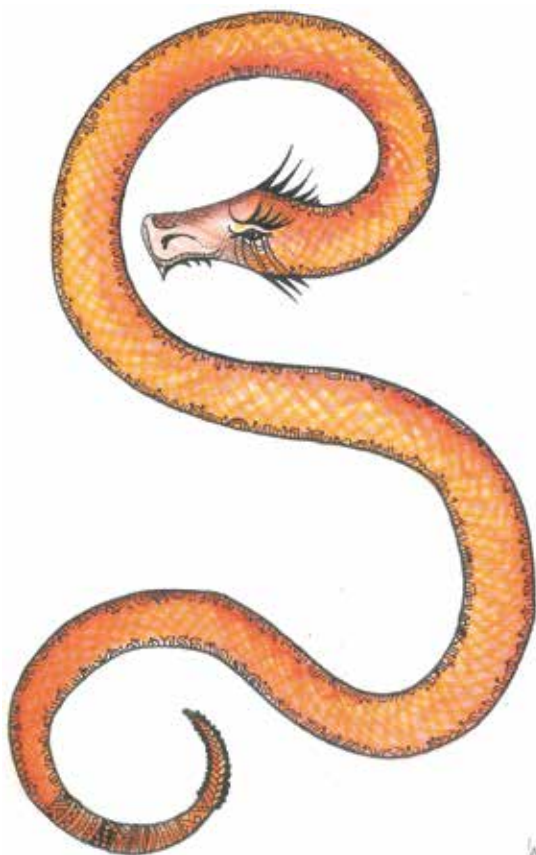
Tomás de Araújo Pereira e da paraibana Maria da Conceição de Mendonça, que tiveram dezenove filhos, entre eles Micaela, nascida em 1753.

Encontramos memórias vivas entre os descendentes dos caboclos e testemunhos nos sítios arqueológicos localizados em lugares de difícil acesso, em particular nas serras. Ali, há registros da presença e da resistência indígena: na Serra de Sant'Ana, na Serra do João do Vale, que fazem fronteira com a região Oeste, e nas pequenas serras da ribeira do Piranhas e Espinharas.

SERRA DE SANT'ANA

O território atualmente denominado de Serra de Sant'Ana ou Serra de Macaguá ou da Acauã – ave da família dos falcões que se alimenta de cobras –, foi um lugar de refúgio das populações indígenas durante as estiagens e palco da resistência frente à dominação europeia. A ocupação indígena é comprovada por sítios arqueológicos pré-coloniais ali existentes.

Por volta da segunda metade do século XVII e início do XVIII, no período dos conflitos deflagrados pelo domínio colonial português para a tomada dos territórios interioranos da atual região Nordeste, conhecidos como a Guerra dos Bárbaros, a Serra de Sant'Ana serviu de refúgio aos sobreviventes, o que ficou registrado na memória local. Inclusive, está relacionado ao início do povoamento de dois municípios da região: São Vicente e Lagoa Nova.



Cobra. Custódio Jacinto de Medeiros

De acordo com Câmara Cascudo, possivelmente a partir de relatos de moradores, as terras que dariam lugar ao município de São Vicente foram ocupadas por indígenas que tiveram como principal protagonista Luiza, que teria falecido antes de 1726. A indígena teria sobrevivido aos conflitos numa região de serras e teria tido um papel importante na fixa-

ção da colonização da área, auxiliando no estabelecimento da criação de gado. Hoje, no município, há vários locais que lembram sua presença: rio da Luiza, Saco da Luiza, Palácio da Luiza (atual sede da prefeitura municipal), inclusive o nome inicial da cidade era Luiza.

LAGOA NOVA

Por estar localizada no topo da Serra de Sant’Ana, local de mais difícil acesso, Lagoa Nova foi palco de resistência indígena até a segunda metade do século XVIII. Em 1755, o coronel Cipriano Lopes Galvão, que viajou de Igarassu, Pernambuco, até a região do Seridó, para comprar terras no Totoró em Currais Novos, instalou uma fazenda de gado no local. Em 1764, sua esposa, dona Adriana de Holanda Vasconcelos de Albuquerque Galvão, comprou umas chãs da Serra de Sant’Ana. Num ano de seca, em 1777, D. Adriana mandou levar seu rebanho até a Serra Azul, atual Serra de Sant’Ana, próximo de uma lagoa, onde havia muito gado. No topo da Serra viviam indígenas que teriam aceitado receber uma vaca para deixar o local. A memória local não menciona os possíveis conflitos que ocorreram.

CAICÓ

Quando o Sertão era virgem, a tribo dos “Caicós”, célebre por sua ferocidade, julgava-se invencível,

porque Tupan vivia ali, encarnado num touro bravo que habitava um intrincado mufumbal, existente no local onde está, hoje, situada a cidade do Caicó. Destroçada a tribu, permaneceu intacto o misterioso mufumbal, morada de um deus, mesmo selvagem. Certo dia, um vaqueiro inexperto, penetrando no mufumbal, viu-se, de repente, atacado pelo touro sagrado, que iria, indubitavelmente, matá-lo. Rapidamente inspirado, o vaqueiro fez o “voto” a N.S. Sant’Anna de construir ali uma capela, se o livrasse de tamanho perigo. Como por encanto, o touro desapareceu. O vaqueiro destruiu a mata e iniciou, logo, a construção da capela. O ano era seco e a única aguada existente era de um poço do rio Seridó. O vaqueiro fez novo “voto” a Sant’Anna para o poço não secar antes de concluída a construção da capela. O “Poço de Sant’Anna”, como ficou, desde então, denominado, nunca mais secou. Reza a lenda que o espírito do deus dos índios, expulso do mufumbal, foi se abrigar no poço, encarnando-se no corpo de uma serpente enorme que destruirá a cidade, ou quando o poço secar, ou quando as águas do rio, numa cheia pavorosa, chegarem até o altar-mor da matriz do Caicó onde se venera a imagem da mãe de Nossa Senhora.

Tupan dos Caicós, Manoel Dantas



A lenda do vaqueiro de Caicó. Custódio Jacinto de Medeiros

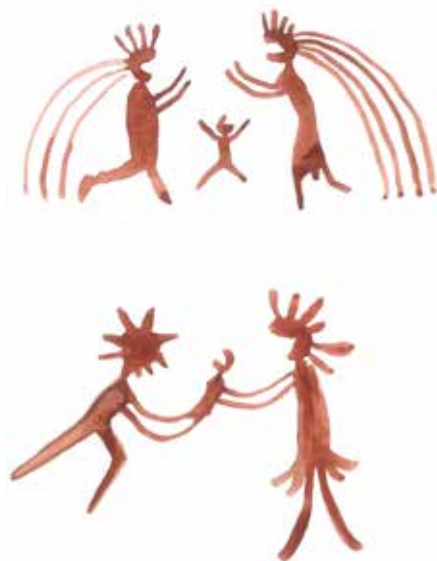
A narrativa registrada por Manoel Dantas ilustra a interpretação oficial da história. O mito de origem de Caicó encena a saga de um vaqueiro, representante heroico da colonização, devoto de Sant'Ana, vencendo um touro selvagem e uma serpente, encarnações de espíritos indígenas. Essa versão da história se transformou numa verdade incontestável e reforça a tese do desaparecimento das populações indígenas.

A Casa Forte do Cuó foi construída por volta do ano de 1680, em local estratégico para combater os tarairiú, na margem esquerda do rio Seridó, no atual bairro Penedo, em Caicó. Próximo ao Forte, em 1695, foi elevada a capela primitiva dedicada a Nossa Senhora Sant'Ana. Os monumentos foram tombados como patrimônios históricos em 2002,

mas estão ameaçados devido ao crescimento urbano da maior cidade do Seridó.

SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

Na região do Seridó potiguar, foram identificados vários sítios pré-coloniais com grafismos rupestres da tradição Nordeste, Agreste e Itaquiara. Apenas cinco desses sítios foram socializados pelo IPHAN, permitindo um melhor acesso aos visitantes e turistas. A contratação de um guia credenciado é necessária para evitar acidentes e depredações. Os sítios são: Xiquexique 1, Xiquexique 2 e Xiquexique 4, localizados no município de Carnaúba dos Dantas; o Mirador do Boqueirão, localizado no município de Parelhas e Albernal, no município de Serra Negra do Norte. Os sítios arqueológicos de Acari (Poço do Artur I, II e Marmitas do Carnaúba) e de Cerro Corá (o sítio São Brás), mesmo sem se encontrarem socializados, podem ser visitados com guias credenciados. Existem ainda sítios lítico-cerâmicos à céu aberto distribuídos nas bacias dos rios da Cobra, Carnaúba e Acauã – nos municípios de Parelhas, Carnaúba dos Dantas e Acari – e no topo da Serra de Sant’Ana, abrangendo três municípios – Lagoa Nova, Florânia, São Vicente e Tenente Laurentino Cruz, o que atesta uma intensa ocupação por populações indígenas em diferentes períodos.



Pintura rupestre, Custódio Jacinto de Medeiros

SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS SOCIALIZADOS

Sítio Mirador do Boqueirão – Parelhas

As pinturas rupestres mostram cenas de caça, sexo, dança, e alguns desenhos de antropomorfos, zoomorfos, fitomorfos entre outros grafismos, classificadas como tradição Nordeste, subtradição Seridó. Na escavação realizada por uma equipe da Universidade Federal de Pernambuco, no início dos anos 1980, no abrigo rochoso também foram encontrados remanescentes alimentares, ossos de pequenos mamíferos (ordem *marsupialia*, ordem *rodontia*, ordem *carnívora*, ordem *squamata*, entre muitas outras ordens e suas famílias). O sítio foi utilizado para enterramentos, principalmente de crianças, as quais foram encontradas com diversas contas de colar em ossos de animais e em conchas.

Pedra do Alexandre – Carnaúba dos Dantas

Foram encontrados em escavações realizadas pela Universidade Federal de Pernambuco no abrigo sobre rocha 30 sepultamentos, contabilizando 35 indivíduos enterrados, de diferentes idades, datados entre 9.400 a 2.620 A. P. Além de vestígios de fogueiras, foram encontrados adornos de ossos em forma de pingentes, apitos, contas de amazonita, entre outros artefatos. As covas estavam revestidas por blocos de biotita-xisto. A pesquisa no sítio vem sendo realizada desde o início dos anos 1990, não tendo sido evidenciada, ainda, toda a área do mesmo.

SANT'ANA DO MATOS

No município de Sant'Ana do Matos, localizado na microrregião da Serra de Sant'Ana, a 191 km de Natal, há um rico patrimônio arqueológico bem preservado. São mais de setenta e cinco sítios pré-históricos e históricos situados numa área coberta por vegetação característica da caatinga hiperxerófila, com uma exuberante paisagem rochosa. Dada a quantidade de vestígios arqueológicos encontrados, próximos a rios e reservatórios de água, é provável que Sant'Ana tenha sido um dos centros da chamada Guerra dos Bárbaros, no século XVII, e que grupos indígenas continuaram ocupando o local até pelo menos o século XIX.

Os sítios arqueológicos pertencentes às tradições Itacoatiara e Nordeste são distribuídos na “Área Arqueológica de Sant'Ana”, com datação de até 9.000

anos A.P. São pinturas e gravuras rupestres em abrigos sob rocha e lajedos, com motivos antropomorfos, zoomorfos e símbolos figurativos e encontra-se um rico material lítico e cerâmico. Há também presença de mamíferos fósseis da megafauna da transição Pleistoceno final – Holoceno. A catalogação e o registro dos sítios, iniciados nos anos 1970, continua a ser feita por pesquisadores da Universidade do Estado e da Federal do Rio Grande do Norte, com o auxílio dos moradores. Apenas treze sítios arqueológicos foram registrados pelo IPHAN, e, apesar disto, alguns deles foram depredados. Os principais sítios arqueológicos são Saquinho 1, Pedra Redonda e Malhada Funda.

POTENGI-TAPUIA TARAIRIÚ DE TAPARÁ

*Entre os chamados tapuia,
um grupo se destacou
na guerra contra os colonos
por ter sido o que mais lutou.
A nação Trarairiú
que no Nordeste se enraizou.*

*Eles tinham cabelão,
faziam o branco tremer.
Sobre o povo tapuia,
temos orgulho de dizer,
deles somos descendentes
vamos lutar até vencer.⁴*

4. Cordel “História dos tapuia de Tapará”, escrito por Francisca

O entorno da foz do rio Potengi, em tupi “o rio do camarão”, é hoje parte da região metropolitana de Natal. Foi alvo de uma ocupação colonial intensa, com a construção do Engenho Potengi, o Ferreiro Torto, e a instalação de missões. A presença do poder colonial e a distribuição de terras nessa área se efetivou logo nas primeiras décadas do século XVII, tendo em vista que as terras da capitania propícias ao plantio da cana-de-açúcar eram poucas. Como no resto do território, os povos indígenas ali assentados foram envolvidos nos conflitos entre portugueses e holandeses. A aldeia Tapará, localizada nos municípios de Macaíba e São Gonçalo, luta pela efetivação dos seus direitos constitucionais.

MACAÍBA

Para além do próprio nome tupi, que designa uma espécie de palmeira, os primeiros registros oficiais sobre a presença indígena em Macaíba remontam a 1633 quando os holandeses pediram o apoio do chefe Janduí para atacar o engenho Ferreiro Torto, antes chamado engenho Potengi. Localizado na margem direita do rio Jundiaí, no atual município de Macaíba, foi o segundo engenho de cana-de-açúcar a ser construído na primeira década do século XVII, na região. Tornou-se local de refúgio dos sobreviventes de Cunhaú, palco do chamado Mas-

Bezerra, Josué Campelo, Ana Paula Campelo, Maria Unge Jerônimo, Maria Roseane Silva, Marluce Oliveira, Angélica Melo.

sacre de Uruaçu em 1645, sendo reocupado pelos portugueses apenas em 1698. Serviu de base para o Terço dos Paulistas durante a Guerra do Açu, e mesmo este sendo extinto em 1716, soldados ficaram até 1733.

Os caboré, oriundos das atuais cidades de Apodi, Itaú, Rodolfo Fernandes, Severiano Melo e Tabuleiro Grande, após terem sido aldeados com os paiin na zona de Mossoró e Apodi, em 1688, foram aldeados na vila de Portalegre. De lá, foram transferidos para o engenho do Ferreiro Torto, em 1716. Em 1720, ainda aconteceria um levante de índios no arraial do engenho do Ferreiro Torto.

SÃO GONÇALO DO AMARANTE

Os primeiros registros holandeses datam de 1645, nos quais constam dois aldeamentos, Tapupe e Ja-



Igreja de São Gonçalo do Amarante. José Clewton do Nascimento

raguá, localizados no atual bairro de Santo Antônio do Potengi, próximos à lagoa Upabuna, onde os artesãos dos Barreiros se fornecem de argila. A capela de Santo Antônio do Potengi já funcionava em 1681 e a de São Gonçalo, hoje matriz, em 1683. Em 1702, é criado o aldeamento São Paulo da Ribeira do Potengi para reunir os corema, em Pirituba, na margem direita do rio Potengi, no atual município de São Gonçalo do Amarante. Os corema ou caicó, da família linguística cariri, habitavam no vale do rio Piancó na Paraíba e no Seridó, e teriam sido aldeados também na atual cidade de Coremas e em Pilar, na Paraíba, durante o período colonial.

Não se tem uma data exata para o início da construção da Igreja Matriz de São Gonçalo do Amarante, que só foi terminada no século XIX. Foi tombada em 1964 pelo IPHAN.



TAPARÁ-TAPUIA TARAIRIÚ

A comunidade tapuia tarairiú da Lagoa do Tapará é situada na região metropolitana de Natal, na divisa dos municípios de Macaíba e São Gonçalo do Amarante. É composta por 151 famílias e 500 pessoas.

Se não há indícios históricos suficientes que permitam traçar uma continuidade entre os grupos

indígenas descritos pelos cronistas com os tapuia da Lagoa do Tapará, no entanto, os etnônimos históricos que foram retomados pelos grupos para afirmar uma identidade étnica. A tradição oral faz referência a Seu José Faustino Bezerra, que nasceu em 1928 em Saúna, e que era o guardião da memória dos troncos velhos de Tapará. Contava em detalhe os acontecimentos que deram origem aos sucessivos deslocamentos das famílias que tiveram que sair de Lagoa Grande e de Saúna para a aldeia atual. Era trabalhador, teve que ajudar a mãe ainda muito jovem, e acordava cedo para ir buscar o nascer do sol. No final do dia, ia deixar o sol. Gostava de falar das danças e das histórias, sobretudo as sobre Fulôzinha e das oferendas que deixava para poder caçar. Sabia em detalhe a história da Caboca da Mata que foi capturada pelo primeiro Bezerra que a amansou e casou com ela, dando nascimento aos primeiros tapuia de Tapará.

As principais famílias são: Bezerra, Gerônimo, Lima, Teixeira, Santos, Silva, Vieira, Leite e Costa. Todos têm como referência comum os antepassados indígenas que habitavam as matas da região e memórias de infância nesses locais. Estas memórias apontam localidades no entorno de Tapará, tais como Saúna, Riacho do Bebo, Várzea, Lagoa do Mato, Lagoa do Sítio, Barro Duro, Goés e Ladeira Grande. Algumas pessoas viviam na cidade de Macaíba, antiga Coité. Conflitos com fazendeiros que invadiram as terras ocupadas pelas famílias indígenas provocaram deslocamentos sucessivos

até o local da atual aldeia, na proximidade da lagoa de Tapará.

Os índios da lagoa do Tapará são artesãos, agricultores, pescadores e caçadores. Plantam macaxeira, melancia, feijão, hortaliças, fava etc. Alguns vendem o excedente da plantação na cidade de Macaíba para garantir a renda familiar, mas grande parte da produção é para o consumo próprio. Além disso, uma pequena percentagem de mulheres trabalha em casas de família, no posto de saúde ou nas escolas da região.

A lagoa de Tapará, que dá o nome à comunidade, era de uso comum na época em que ali se estabeleceram, por volta do início do século xx, quando foram expulsos de suas localidades de origem. Hoje a comunidade reclama da impossibilidade de acessar a lagoa, por ordem do atual proprietário, que arrendou o local e colocou uma cerca. A lagoa de Tapará é uma área importante para os tapuia, pois remete à memória de seus antepassados que ali pescavam e se abasteciam de barro para produzir utensílios domésticos. A principal reivindicação dos tapuia diz respeito à demarcação territorial, ao acesso à saúde e à educação diferenciada. Também há um projeto de transformar a atual escola municipal Luís Cúrcio Marinho numa escola indígena. Solicitam também que os recursos naturais sejam monitorados, em particular a água da lagoa, subtraída para abastecer outras localidades e condomínios de luxo instalados na região. A construção

desses condomínios fechados é motivo de preocupação da comunidade, com pessoas estranhas ao lugar.

Um outro problema diz respeito ao arrendamento de terras férteis de Tapará pelos grandes proprietários, para o agronegócio – em particular a plantação de cana-de-açúcar. A mata atlântica ainda existente na região foi derrubada, afetando a fauna e a flora. O lençol freático foi contaminado com agrotóxicos e na época das queimadas, cinzas e fuligem provocam doenças respiratórias, principalmente em crianças e idosos.

Para dar visibilidade ao grupo, o Conselho Comunitário Indígena da Lagoa do Tapará organiza anualmente a Feira de Cultura, realizada no mês de maio. Conta com uma programação diversificada que inclui além das barracas de artesanato, plantas medicinais, comidas e produtos orgânicos, apresentação de grupos de Boi de Reis, em particular o de Mestre Antônio de Rosa, de Tapará, o Boi de Reis Pintadinho de Surubim, a Capoeira, com as crianças da comunidade, o Maculelê, bandas de forró, brincantes de João Redondo, além de brincadeiras como a roda de peteca e a corroveára (corrida da tora). Essas atividades buscam fortalecer o grupo na sua resistência e valorizar a identidade étnica.

Dona Benedita, anciã da comunidade, possui um ateliê em sua residência para confecção de bonecas de pano. A artesã participa de eventos municipais, da feira de cultura e é reconhecida pela qualidade

das suas produções. Segundo ela, fazer bonecas era um sonho de criança, que ela realiza com muito carinho. Dona Benedita fabrica bonecas de todos os tipos, formatos e tamanhos, mais particularmente as indígenas e a mãe d'água, cuja história consta na tradição oral local. Outros artesãos vendem colares, vassouras de garrafa pet recicladas, óleo de coco e alimentos regionais, como grude.



Mãe d'água. Custódio Jacinto de Medeiros

CEARÁ-MIRIM E MATO GRANDE

No início da ocupação portuguesa, estima-se que havia 16 aldeias com 11.200 pessoas no território entre Ceará-Mirim e Guajiru. A criação de gado e a exploração do sal, atividades iniciadas pelos portugueses e, posteriormente, pelos holandeses, a partir de 1633, impulsionaram a colonização para o norte do estado, o que acirrou os conflitos com as populações indígenas que ocupavam o território (potiguara). Em 1702, os janduí foram levados para a ribeira do rio Ceará-Mirim (N. Sra. da Aparecida). Dois aldeamentos importantes foram instalados próximo a rios – Ceará-Mirim e Extremoz.



Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Ceará-Mirim. José Clewton do Nascimento

A antiga aldeia de Nossa Senhora da Piedade do Ceará-Mirim recebeu os tucuriju, os arariú, os paiacu-açu e os capela, que teriam sido aldeados às margens do rio Água Azul. Boca da Mata e Rio dos Índios conservam na toponímia a memória da presença indígena. Muitos conflitos territoriais existem desde a primeira metade do século XVIII e envolvem importantes famílias, como os Carneiro da Cunha, que queriam retirar uma parte da terra conhecida como Cidade dos Veados, concedida aos jesuítas para usufruto dos índios. Ainda na década de 1810, índios soldados exigiam a demarcação da Cidade dos Veados como área indígena. A construção da igreja de Nossa Senhora da Conceição foi iniciada em 1858 por Frei Serafim de Catânia e foi finalizada por volta de 1900.

Desde a década de 1950, a Cidade dos Veados é conhecida como Rio dos Índios. O rio mais importante da região era o Rio do Meio.



Ruínas da igreja de São Miguel do Guajiru, Extremoz. José Clewton do Nascimento

EXTREMOZ

A lagoa de Extremoz é importante para a história do Rio Grande do Norte, pois existem registros históricos de aldeias indígenas, como a antiga aldeia potiguara que foi descrita pelos holandeses em 1641. A missão jesuíta foi iniciada em 1607. Conhecida como a Cidade dos Veados, abrigou, provavelmente, a partir de 1678, os índios potiguara, janduí, paiacu, panati e caboré. A missão jesuíta de São Miguel do Guajiru, criada em 1679, recebeu em 1713, 200 janduí e 10 caboré, que foram aldeados e deslocados para a Cidade dos Veados ou Rio dos Índios, hoje município de Ceará-Mirim. Uma capela foi erguida em 1694 e a igreja foi construída em 1759. Em 1839, havia 700 índios na Cidade dos Veados.

A Fundação de Cultura Aldeia do Guajiru conserva objetos e 2 das 4 canoas monóxilas que foram encontradas no fundo da lagoa, no final da década de 1990 e em 2013. A datação das mais antigas foi estimada entre 1290-1320 e 1350-1385 D.C. Podem ser vistas as imponentes ruínas da Igreja de São Miguel, que datam do século XVIII. Seriam uns caçadores de tesouro que teriam demolido a igreja, cavando as paredes.



OS MENDONÇA DO AMARELÃO

De todos os grupos, os mendonça são os mais numerosos, pois são mais de 1.100 indígenas, em torno de 340 famílias, repartidas em vários territórios, segundo o Censo Comunitário realizado em 2018 pela Associação Comunitária do Amarelão (ACA). As comunidades indígenas estão localizadas nos municípios de João Câmara, Jardim de Angicos e Natal, nos bairros de Nova Natal e Nova Descoberta. O território Mendonça é situado no município de João Câmara e Jardim de Angicos, a 93,3 km da capital potiguar, na região do Mato Grande.

As famílias que residem no Amarelão e nas outras comunidades do território têm como referência um ancestral comum, Francisco Mendonça. Segundo Luís da Câmara Cascudo (1954), seriam “tupi fugidos de aldeamentos que se tornaram vilas”, reagindo às ações do Império do Brasil no século XIX e da República. Nestor Lima afirma que “há mais de um século, veio do Brejo paraibano, Ignácio Barbosa, casado com Izabel Maria da Conceição e fixou-se no lugar Amarelão. Mais ou menos na mesma época, chegava de São Gonçalo, Antônio José de Mendonça, índio domesticado,

com sua mulher”. Os mendonça do Amarelão trabalhavam, sobretudo, nas fazendas situadas no município de João Câmara, colhendo algodão e agave. Atualmente, dedicam-se à agricultura e principalmente às atividades de beneficiamento da castanha de caju. Várias famílias se deslocam anualmente até Serra do Mel, durante 4 meses, para colheita de castanha.

No Amarelão existe uma Associação Comunitária do Amarelão (ACA), fundada em 1994. Há uma escola estadual indígena, Professor Francisco Silva do Nascimento, que funciona desde 2019. Na sede da Associação são promovidas diversas atividades culturais, políticas e de etnoturismo. Um dos eventos mais importantes é a Festa da Castanha, realizada anualmente no último sábado de agosto. O objetivo da festa é valorizar o trabalho de beneficiamento da castanha, a partir da comercialização do próprio produto e de derivados, como também mobilizar o público interno e externo e dar maior visibilidade à identidade indígena. A comunidade do Amarelão produz artesanato com cabaças, cipós, penas naturais, sementes, fio encerrado, coco, cabaço, sementes nativas e não nativas para confecção de colares, pulseiras e brincos, bem como filtros dos sonhos, maracás, entre outros. A atividade é desenvolvida visando preservar, valorizar e reconhecer a cultura indígena. A comercialização destes produtos é feita por meio das feiras, exposições e encomendas.

Os mendonça do Amarelão solicitaram a demarcação e titulação da terra. Em 2013, foi realizada a qualificação para reivindicação de demarcação de terras pela coordenador-geral de identificação e delimitação/Diretoria de Proteção Territorial da FUNAI.

O TERRITÓRIO MENDONÇA

Outras comunidades pertencem ao território mendonça: o Serrote de São Bento é situado entre o Amarelão e a estrada BR-406. A comunidade é composta por 110 famílias, correspondendo a 300 pessoas. O Assentamento Santa Terezinha é localizado na antiga Fazenda Saramandaia, que pertencia ao Major Burity. Em 1994, as famílias mendonça se articularam com o Movimento dos Sem Terra (MST) e agentes da Igreja Católica, e conseguiram a demarcação da área pelo programa de reforma agrária. Atualmente 199 famílias indígenas e 740 pessoas vivem no assentamento. A escola municipal Saramandaia recebeu o nome do antigo rancho. Além do ensino fundamental nível 1, do primeiro ao quinto ano, há um esforço para efetivação da educação escolar indígena, abordando a história oral, aspectos da cultura mendonça, práticas do toré com canto e dança, além de jogos e brincadeiras tradicionais. O povo potiguara mendonça de Açucena representa o menor grupo mendonça; são 14 famílias e 67 pessoas. Segundo a história oral, o grupo migrou do Serrote de São Bento de-

vido às dificuldades de cultivar a terra e de acesso à moradia. Em seu território de 128 hectares, foram instaladas 15 aerogeradores do parque eólico Eurus II, desde 2013. Não há escolas em Açucena devido ao número pequeno de estudantes, o que obriga as crianças a estudarem “na rua”, nas escolas de João Câmara, ou na escola municipal Francisco Zabulon da comunidade indígena Serrote de São Bento, a 5 km de distância. A Associação Proativa da Comunidade de Açucena é uma organização étnica do povo mendonça, é a partir dela que são reivindicadas a demarcação territorial e o acesso a políticas previdenciárias. Os mendonça de Marajó vivem num assentamento criado em 1991 via INCRA, no município de João Câmara. Iniciou com cerca de 300 famílias e hoje apenas 33 moram no assentamento, totalizando 115 indígenas do grupo mendonça potiguara. Vivem essencialmente da agricultura (feijão, batata, milho). Através da Associação de Produtores e Produtoras Rurais de Marajó, os potiguara mendonça buscam fortalecer sua comunidade por meio de lutas para implementação de políticas públicas e escoamento de suas produções da agricultura familiar. A comunidade indígena Cachoeira, Nova Descoberta, é situada no município de Jardim de Angicos e faz fronteira com os municípios de João Câmara, Riachuelo, Pedra Preta, Bento Fernandes e Caiçara do Rio do Vento. Seus parentes mendonça do Assentamento Santa Terezinha, do Amarelão, do Serrote de São

Bento estão a 16 km de distância. São 70 famílias, num total de 300 indígenas. Segundo relata a história oral, o processo de migração iniciou em 1950, quando partiram do Amarelão em busca de melhores terras para habitarem e desenvolverem a agricultura de subsistência, além de trabalhar nas várias fazendas da região. Atualmente, a administração pública do município Jardim de Angicos denomina o território como Nova Descoberta, entretanto os indígenas o reconhecem como Cachoeira.

OS MENDONÇA DO AMARELÃO NOVO

As famílias indígenas Mandu migraram do Amarelão na década de 1980, após abalos sísmicos na cidade de João Câmara, fixando-se em um loteamento no bairro Lagoa Azul, conhecido como Cidade Praia, na zona norte da capital potiguar. Amarelão Novo foi o nome dado em referência ao lugar de origem, a comunidade do Amarelão. Com a mudança do campo para a cidade, muitas transformações ocorreram para esse grupo, principalmente no que diz respeito à questão econômica. O beneficiamento da castanha de caju, muito recorrente entre os mendonça, não é mais praticado e os mendonça que vivem na região de Natal trabalham na construção civil e nos serviços domésticos em geral. Apesar da distância geográfica, as famílias mantêm forte relação de parentesco e práticas de sociabilidade que os conectam aos mendonça do Amarelão.

TURISMO COMUNITÁRIO NO AMARELÃO

A Festa da Castanha é um evento cultural promovida anualmente pela Associação Comunitária e comunidade indígena Amarelão, no mês de agosto, com o apoio de parceiros. Tem como objetivo promover, divulgar e valorizar a atividade de beneficiamento da castanha de caju na comunidade; ampliar o escoamento da castanha de caju, do artesanato e demais produtos produzidos na comunidade e promover atividades culturais de forma a dar visibilidade à comunidade. A Festa da Castanha oferece um espaço para a exposição e a comercialização dos produtos locais, tais como a castanha de caju (amêndoa torrada natural, com sal e caramelizada), comidas feitas com a castanha de caju (arroz, farofa, cocada, bolo, pavê, brigadeiro), artesanato indígena (cocar, maracá, móbile, filtro dos sonhos, colares, pulseiras, anéis de coco, brincos, tererê, tiara, entre outros). É realizado um almoço comunitário. Além da exposição de fotos e palestra sobre os mendonça do Amarelão e sobre a atividade de beneficiamento da castanha de caju, existem outras atividades, tais como: trilha com pinturas rupestres e tanques de pedra; apresentações culturais: toré, banda de flauta e orquestra Irmã Terezinha Galles (banda e orquestra de crianças e jovens indígenas). Para a comunidade, a diversão fica por conta dos jogos, brincadeiras e shows de teatro e grupos musicais.



APODI, MOSSORÓ, REGIÃO OESTE – TAPUIA PAIACU

Cantofa e Jandi de Dudé Viana:

Ao povo peço licença à musa inspiração

Modo eu contar um drama vivido no meu sertão

Da índia que apunhalaram em riba do coração

Seu nome era Cantofa e tinha uma neta Jandi

Era uma menina fêmea, bonita como Araci

A estrela da manhã, tapuia do Apodi (...)

Em toda região Oeste, encontram-se sítios arqueológicos, marcos históricos coloniais e uma memória genealógica precisa das perseguições contra os índios, que duraram até o século XIX. Além disso, existe uma memória difusa sobre a presença indígena nas serras, próximo aos rios e lagoas. Num outro registro, encontramos saberes tradicionais sobre a natureza, a cura pelas plantas, o trato dos animais, e uma tradição oral repleta de referências aos primeiros moradores, nas aparições noturnas e nos sonhos, referências aos índios ou aos caboclos. Entre todos os vestígios materiais, o sítio arqueológico mais famoso do estado é o do Lajedo de Soledade, em Apodi.

A afirmação identitária dos tapuia paiacu iniciou com um processo de rememoração, em parti-

cular através da busca dos lugares de memória, das pesquisas genealógicas e da preservação da cultura material feita por iniciativa dos indígenas. Foi criado o Centro Histórico Cultural Tapuia Paiacu da Lagoa do Apodi (CHCTPLA), que ganhou uma nova sede localizada na beira da lagoa, em 2017. Reúne peças arqueológicas e informações sobre a presença indígena na região, em particular, a comunidade do Bico Torto, no sítio São Lourencinho, em Apodi, e do Sítio Bamburral, na região do Vale, lugar de massacre onde há um cemitério indígena.



Cobra. Custódio Jacinto de Medeiros

O LAJEDO DE SOLEDADE

O distrito de Soledade está situado na Chapada do Apodi, é uma área anualmente afetada pelas estia-gens e caracterizada pela existência de um solo rico em pedra calcária. O sítio arqueológico do Lajedo de Soledade mede aproximadamente 10 hectares e está situado no perímetro urbano de Soledade, distrito localizado a 12 km do município de Apodi. Há 90 milhões de anos havia um mar raso que, ao recuar, revelou uma grande extensão de rocha calcária. O Lajedo sofreu um processo erosivo pela ação da precipitação pluviométrica que abriu um cânion com cavernas e fendas, nas quais estão os grafismos rupestres, localizados a menos de 300 metros das casas dos moradores. Foram identifi-cados três espaços principais (araras, urubu e olho d'água) nos quais existem diversas pinturas e gra-vuras rupestres apresentando carimbos de mão feitos por adultos e crianças, representações de animais da fauna local e figuras geométricas ainda não decifradas. Além das pinturas e das gravuras rupestres, foram encontrados objetos líticos e cerâmicos datados de aproximadamente 3 a 5 mil anos. Há fósseis de megafauna como gliptodontes, bi-cho-preguiça, tatus gigantes, mastodontes e tigre-dentes-de-sabre. Parte desse material está exposto no Museu do Lajedo de Soledade.

Na década de 1990, com o apoio da população local, um projeto financiado pela Petrobrás impe-di-u o avanço da indústria da cal para o Lajedo.

Foi nessa época que foi criada a Fundação Amigos do Lajedo de Soledade (FALS), o Museu do Lajedo de Soledade e o Centro de Atividades do Lajedo (CAL). Desde que foi divulgado nacionalmente como patrimônio cultural em 1992, o lugar já acolheu mais de 200 mil visitantes e recebe em média 700 visitantes por mês.



Pintura rupestre, Custódio Jacinto de Medeiros.

VILAS, MISSÕES E SERRAS

Os aldeamentos históricos da região de Assu, de Portalegre e de Apodi, as memórias e os lugares de memória informam sobre a resistência das populações indígenas que sofrem por resistir e manter sua cultura e negar o processo assimilacionista.

APODI

A missão do Apodi era composta por índios paiacu que haviam sido reduzidos em 1700 pelos jesuítas durante a chamada Guerra dos Bárbaros e, em 1734, foram substituídos por frades capuchinhos. Quando o Ouvidor Geral de Pernambuco, Castelo Branco, chegou em Apodi, já havia passado pelo sertão do Piancó e mandado os índios da aldeia de Icozinho, ou Icó Pequeno, que lá residiam, além dos caboré sem missão própria, e casais que residiam nas serras e fazendas do Piancó e Assu, para a missão. Além destes, foram transferidos os índios paiacu do Lugar de Montemor, o Novo da América, na capitania do Ceará, entretanto, estes índios empreenderam viagem de retorno para esta capitania. Esta vila, diferente das demais, foi construída em localidade distinta da missão que a deu origem. No lugar de ser construída próximo à Lagoa do Apodi, a vila foi levada para a Serra do Regente, atualmente conhecida como Serra de Portalegre, vizinha a Martins, local que havia sido escolhido primeiramente, mas que contou com enorme resistência dos conquistadores ali instalados. No momento da criação da vila de Portalegre, em 8 de dezembro de 1761, a vila era composta por 1.805 índios.

SERRA DE PORTALEGRE

A história local conserva a memória dos 70 índios paiacu executados no pé da Serra de Portalegre, em

1825, no atual município de Viçosa. Alguns índios tapuia paiacu teriam se revoltado e foram presos. Luiza Cantofa, sua neta Jandy, e João do Pega, quilombola, teriam conseguido escapar e foram morar na serra, próximo à atual fonte da Bica. Surpreendida enquanto dormia ou rezava um terço, segundo as versões, Luiza Cantofa foi assassinada. Ela foi enterrada nas proximidades da Bica. Ainda hoje se ouve o choro de Jandy, que se encantou, e a reza de Cantofa. O episódio é conhecido localmente como o barulho das índias. Mesmo com essa narrativa atenuada dos fatos, a memória ressignificou os fatos de 1825 e nos informa que Jandy, a neta que fugiu ao ver sua avó assassinada, encontra nas matas da serra um negro fujão chamado João do Pega – ou João que foi pega, e juntos formaram o antigo quilombo dos Pega.

No local onde Luiza Cantofa foi sepultada, tem um descampado, onde nada cresce. Na região, há vários registros de covas de índios, materialização das violências feitas aos índios ao longo da história e da resistência travada até as primeiras décadas do século XIX. Ali, a memória da presença indígena é a dos massacres e dos túmulos. A Casa de Câmara e Cadeia tem um museu e um Espaço Cultural Cantofa e Jandy, que foi inaugurado em 2017.

ASSU

(...) os jovens continuaram a correr a árvore e as mulheres nos trouxeram bolas de farinha de mandioca brava, certo peixe chamado piapau, milho, ratos apanhados nas suas roças e caldo. Tendo alguém trazido fumo, todos puseram-se a saltar de alegria, pois assim tinham que sacrificar ao Diabo, chamá-lo à fala e consultá-lo sobre seus negócios. O último dia de maio foi empregado em lutas e na caça.

Roulox Baro, 1651.

O grupo chefiado pelo rei Canindé, filho do rei Janduí, dominava um território que ia nas proximidades das margens dos rios Piranhas-Açu, desde o Vale do Assu, até o Seridó potiguar. A fundação do arraial de Nossa Senhora dos Prazeres, em 1696, na ribeira do Assu, foi pensada para criação de gado. Foi elevada a vila em 1788, passando a se chamar de vila Nova da Princesa. Os primeiros registros sobre a Lagoa do Piató foram feitos pelos cronistas holandeses, a poucos quilômetros onde foi instalado o arraial de Nossa Senhora dos Prazeres, em 1760, e foi construída uma casa forte. Na proximidade, há uma casa de fazenda com dez baobás de grande porte. Hoje é parte do município de Assu e a região foi palco de várias batalhas da resistência indígena, sendo a Guerra do Açu considerada um capítulo à parte da Guerra dos Bárbaros.

SERRA DO JOÃO DO VALE

Inicialmente chamada de Serra Cepilhada ou Pookiciabo, o local foi renomeado em 1761, quando o sargento-mor João do Vale Bezerra comprou uma fazenda de criação de gado no local. A primeira sesmária data de 1691 e a região conheceu uma ocupação holandesa. Situada entre os municípios de Triunfo Potiguar, Jucurutu, Campo Grande e Belém do Brejo do Cruz, na Paraíba, a serra é de difícil acesso, até hoje. Os índios ariú ou pega e januí teriam ocupado o território; parte deles fora levada pelo colonizador Teodósio de Oliveira Ledo, em 1698, para o aldeamento dos cariri, na atual cidade de Campina Grande. Em 1757, havia cerca de 500 ariú, que foram deslocados posteriormente, em 1761, para a missão de Mipibú e os municípios de Belém do Brejo do Cruz e Pombal. No final do século XIX, houve um movimento messiânico conduzido por Joaquim Ramalho, que foi violentamente reprimido em 1899, segundo Cascudo:

(...) finais do século XIX em torno da figura de um homem chamado Joaquim Ramalho que em uma tarde como qualquer outra, passeava no pátio de sua casa, quando de forma brusca começou a ter náuseas, e gorgolhar vômitos, caindo de braços sobre o chão batido de barro. A família correu, o acudiu, com os olhos arregalados ele começou a cantar, enquanto os que estavam presentes, atônitos, ouviam no silêncio da tarde, aquele canto. Era como se fosse uma lada-

inha, após retornar daquela vertigem, Joaquim Ramalho afirmou que nada recordava.

A descrição não menciona Sabino, que organizou o culto com Joaquim Ramalho, o que provocou a reação das autoridades diante do sucesso do movimento religioso que tinha todas as características de um ritual, como o da Jurema. Na serra e nos entornos, há uma memória muito viva da presença indígena, das perseguições, narrativas que se misturam com as “histórias de assombração”, com aparição de animais e de almas, reveladores de um passado encoberto.

OS TAPUIA PAIACU, APODI

Os tapuia paiacu de Apodi habitam a mesorregião do Oeste potiguar. A maior parte do grupo vive na cidade, diferentemente de outras comunidades localizadas na zona rural, onde existem 120 famílias e 150 pessoas que reconhecem sua ascendência indígena, descendentes de Luiza Cantofa, liderança que teria vivido até 1825.

O processo histórico de violência e ocupação colonial do sertão potiguar deixou marcas na memória local e é rememorado pelos tapuia paiacu. Os registros desses processos podem ser identificados em relatos da história oral, escritos da administração pública e ensaios acadêmicos sobre tal contexto colonial. Em Apodi, os índios residem nos sítios Bamburral e Bico Torto, próximo à lagoa de Apodi.

Além dos paiacu, havia os peba e famílias que viveram nos municípios de Caraúbas, Dix-sept Rosado, Olho d'Água dos Borges e trabalhavam nas minas. Hoje as famílias Barbosa, Tavares, Gama, Pinheiro e Costa se reconhecem como indígenas. No entanto, a maioria dessas famílias vive na sede do município de Apodi, pois perderam seu território de origem; são 50 famílias indígenas, 120 pessoas ao todo. No segundo semestre de 2018, os tapuia paiacu retomaram um local de memória localizado entre o distrito de Soledade e a base da EMPARN, na Chapada do Apodi. Com essa retomada evidencia-se a ação política com vistas ao processo de demarcação territorial.

MUSEU DO ÍNDIO LUIZA CANTOFA

Com o intuito de salvaguardar a história dos índios paiacu, foi criado o Museu do Índio Luiza Cantofa – Centro Histórico Cultural Tapuia Paiacu da Lagoa do Apodi –, primeiro museu indígena do Rio Grande do Norte. Tem por objetivo a valorização, difusão e fortificação das alteridades autóctones do sertão apodiense. O museu foi criado em 2013 na cidade de Apodi, por iniciativa da apodiense Lúcia Paiacu Tabajara, motivada pelo desejo de restabelecer a memória do grupo, visibilizar a presença indígena na mesorregião do Oeste potiguar e oportunizar um ambiente educativo propício à revisão da historiografia oficial, destacando o legado das populações indígenas que resistiram aos ataques dos colonizadores.

O museu representa uma ação bem-sucedida do Centro Histórico Cultural Tapuia Paiacu da Lagoa do Apodi, com o objetivo de documentar bens de interesse cultural, sobretudo objetos líticos, lugares de memória e narrativas orais conexos à herança das famílias indígenas da região. A história de Luiza Cantofa, que dá nome ao museu, repercute ainda hoje na oralidade da região. No município, um monumento escultórico exposto em praça pública materializa sua imagem. Porém, importante frisar que a presença de indígenas no Oeste potiguar deixou de pertencer a um passado distante. Desde meados dos anos 2000, famílias apodienses, estimuladas pelas investigações arqueológicas e pela liderança de Lúcia, passaram a se autodeclarar tapuia paiacu. Assumir a identidade indígena é um ato de resistência e significa enfrentar o estigma ligado à imagem do índio, construído historicamente.

Desde a sua inauguração, o Museu do Índio Luiza Cantofa expõe coleções compostas por objetos em pedra polida como machados e almofarizes, objetos em cestaria, cerâmicas, instrumentos musicais e de caça, além de textos explicativos em banners, e fotografias. Atualmente, o acervo encontra-se provisoriamente em processo de transferência para a nova sede situada às margens da Lagoa de Apodi. Recebe a visita de estudantes e professores do ensino básico e superior, das redes pública e privada, bem como de pesquisadores e turistas do

Brasil e de outras nacionalidades interessados em conhecer sobre a cultura dos povos originários do sertão potiguar.



CABOCLOS – ASSU

A comunidade indígena Caboclos, situada em Assu, é uma das primeiras a reivindicar seus direitos étnicos, juntamente com os mendonça do Amarelão e os potiguara do Catu, em 2005. Formada por 40 famílias e 96 pessoas, os Caboclos habitam um território localizado no sertão potiguar. Vivem às margens do Rio Paraú, trabalhando como meeiros.

A região onde está localizada a Comunidade Caboclos do Assu foi palco de intensos conflitos, que marcaram a resistência indígena nos séculos XVII e XVIII, num contexto de expansão da colonização marcada pela ocupação do interior da então capitania do Rio Grande. Segundo a tradição oral, foram Antônio Francisco e Luiza que fundaram a comunidade, além de outros índios que habitavam regiões serranas próximas à ribeira do Assu e que foram expulsos de suas aldeias por fazendeiros – eles teriam fugido da Serra do João do Vale e adjacências. As narrativas apontam que Luiza era uma “tapuia braba” ou uma “caboquinha da mata” que

foi perseguida, capturada e domesticada por um vaqueiro, de nome Antônio Francisco. A caboquinha vivia na Furna da Gargantinha também chamada Furna dos Índios – abrigo rochoso ou gruta formada naturalmente –, foi capturada e domesticada. Nas proximidades, é comum encontrar pilões nas pedras onde eram preparadas as refeições. Além de servir de esconderijo, a furna era utilizada pelos índios como um rancho onde descansavam das caminhadas nas matas fechadas, nas serras e na caatinga, onde caçavam e coletavam frutos e plantas comestíveis, inclusive cactos. Na Serra do Coronel ou do Olho d'Água, mais próxima à comunidade, há dois cajueiros antigos que teriam sido plantados pelos índios. Na região da caatinga, próximo à BR-304, que liga Natal à Mossoró, os índios permaneciam por um período mais longo para desenvolver atividades agrícolas, especialmente nos períodos de maior estiagem, pois no local há água e o solo é fértil.

Os moradores dos sítios do entorno os chamam de tapuia. Tal classificação é atribuída às características físicas, à endogamia, aos hábitos alimentares etc. Já o termo caboclo é usado pelos próprios moradores da comunidade para se referir à sua origem indígena. O sangue de caboclo viria da caboquinha Luiza, a “mãe veia caboca”. O nome caboclo foi incorporado como apelido pelos mais velhos.

Os Caboclos de Assu resistem, apesar das condições difíceis de trabalho, seja nas atividades agrí-

colas ou pesqueiras, uma vez que tudo que é produzido e pescado é dividido com os fazendeiros.

GUIA PRÁTICO

MUSEU CÂMARA CASCUDO

Consultar a programação das exposições temporárias e dos eventos.

O que ver:

As duas canoas monóxilas de Extremoz. No acervo etnológico e arqueológico, tem um conjunto importante de peças líticas, cerâmica, plumaria, cestaria e vestimentas de populações indígenas locais e de outras regiões do Brasil.

Endereço: Av. Hermes da Fonseca, 1398 – Tirol, Natal (Brasil).

Entrada gratuita. Agendar para visita de grupos.

Horários:

Terça à sexta (8h30 às 12h e 13h às 17h)

Sábado, domingo e feriado (12h30 às 18h)

Instagram: mccufrn

Facebook: Museu Câmara Cascudo/UFRN

Site: <http://www.mcc.ufrn.br>

E-mail: educativo.mccufrn@gmail.com

Fone: 84 3242 4914

Guias e roteiros pedagógicos:

Lindemberg Araújo: guia de turismo, professor de história, roteiros turísticos pedagógicos, históricos-culturais.

Contatos: 84 988075272 / @abcturismopedagogico | abcturismopedagogico@gmail.com

Pé na Estrada: <http://penaestradatrilhas.com/>

Facebook: Pé Na Estrada Trilhas

Contato: Gilson de Medeiros Bezerra

Fone: 84 99945-5701

ACARI

O que fazer:

Capela de N. Sra. do Rosário.

Museu histórico do sertanejo (antiga Câmara e Cadeia).

Fone: 84 3433-3988

Sítios Arqueológicos: Poço do Artur I, II e Marmitas do Carnaúba.

Trilhas no Gargalheiras, Pedra do Cruzeiro, Serra do Minador, Serrote do Peixe, Bico do Arara, Serra do Abreu, Poço do Felipe, Poço do Arroz.

Mais informações:

<http://geoparqueserido.com.br>

Guia:

Adriano Campelo da Silva

Instagram: h_campelo

Facebook: @adrianocampelo

Whatsapp: 84 9927-9195

Artesanato:

Dimaury Lima de Souza (Sucata de ferro)

Endereço: Domicio Ramalho, 8

Fone/WhatsApp: 84 9 9977-1219.

Ambrósio Silva Córdula (escultura em madeira)
Endereço: Rua Silvino Adonias Bezerra, 445,
Ary de Pinho.
Fone/Whatsapp: 84 9 9980-8159
E-mail: ascordula@hotmail.com

Assu

Caboclos do Assu

O que fazer:

Trilha ecológica para as furnas e para o Açude da Beldroega (Paraú/RN).

Artesanato: chapéus, cestos e outras peças artesanais produzidas com a palha da carnaúba.

Responsável:

Adriano-Caboclos

Fone: 84 9702-7985

Amarelão

O que fazer:

Trilha ecológica (≈ 7 km, duração ≈ 2 h40).

Açude e linha férrea. Tanque de pedras, Pedra das Letras (pinturas rupestres), Pedra do Sino, Gamleira.

Artesanato:

Artesanato com cabaças, cipós, sementes, penas naturais, coco, cabaço, confecção de colares, pulseiras e brincos, filtros dos sonhos, maracás etc.

A Festa da Castanha (último sábado de agosto).

Exposições, degustação de pratos à base de castanha, trilhas e apresentações musicais constam da programação.

Degustação de comida indígena:

Comidas com castanha de caju (bolo, biscoito, pudim, cocada, brigadeiro, mousse, arroz, farofa); bolos (chocolate, macaxeira, batata-doce, coco, ovos, moça, milho), sucos.

É possível almoçar na comunidade: carnes, peixe, galinha caipira, batata-doce, macaxeira etc. (Reservar).

Responsável: José Carlos Tavares

Contato: Associação Comunitária do Amarelão
– ACA

Fone: 84 9227-2882

Neide, fone: 84 9188-6453

Blog: <http://amarelaoemfoco.blogspot.com.br/>

<https://acamarelao.wordpress.com/>

Apodi

O que fazer:

Visita à Lagoa de Apodi.

Museu do Índio Luiza Cantofa: rua Antônio Lopes Filho, 105, Centro, Apodi/RN.

Facebook: @luizacantofa

Responsável: Lúcia tapuia paiacu (agendar visita). Contato: 84 999142282

Lajedo de Soledade:

O sítio arqueológico do Lajedo de Soledade fica a cerca de 335 km de Natal e a 76 km de Mossoró. O acesso é pela BR-405, que liga Mossoró a Apodi, e por estrada asfaltada até o distrito de Soledade, cerca de 6 km da margem direita da rodovia, nas proximidades de Apodi e próximo ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

Ingressos: Visita ao museu e ao sítio arqueológico com guia. Tarifas especiais para grupos e estudantes.

Contatos:

Museu do Lajedo de Soledade: Diretor Claudio Sena.

Telefone: 84 3333-1017 / 084 99911-9070

Horários de funcionamento do museu e para agendamento das visitas guiadas: de terça a domingo, das 8h às 12h pela manhã, e das 13h às 17h à tarde.

ARÊS

O que fazer:

Igreja.

Pelourinho.

Frontispício do cemitério estilo Rococó construído por Padre Herculano (1882).

Onde Comer:

Bar da Ostra

Senador Georgino Avelino
<http://bardaostra.blogspot.com/>
Fone: 84 99426-6236

CARNAÚBA DOS DANTAS

O que fazer:

Sítios arqueológicos: Xiquexique 1, Xiquexique 2 e Xiquexique 4. Monte do Galo.

Mais informações:

<http://geoparqueserido.com.br>

Guias:

José Evangelista de Arruda Dantas
Instagram: [expedisao.carnauba](#)
Facebook: [@joseevangelista](#)
Telefone/Whatsapp: 84 98856-6318

Dean Carvalho
Instagram: [@dean_carvalhodantas](#)
Facebook: <https://www.facebook.com/dean.carvalho.50>
Telefone: (84) 98873-6893
E-mail: jd.carvalho@yahoo.com.br

Mar e sertão viagens e turismo
E-mail: maresertao.com.br
Instagram: [maresertao](#)
Facebook: [@amaresertao](#)
Whatsapp: 84 98882-0302

Haniere Villa Verde

E-mail: haniere@hotmail.com

Telefone: 84 9888-29302/9966-12635

CATU

O que fazer:

Trilha ecológica do Vale do Catu.

As trilhas são realizadas na mata próxima à comunidade, com um guia. Esta caminhada permite compreender melhor a ligação que a comunidade mantém com a natureza. Graças aos comentários do guia, a visita é lúdica e permite aprender sobre a vegetação nativa. Há a possibilidade de tomar banho no rio.

A modalidade e o preço do pacote devem ser acertados antecipadamente com os responsáveis pelo turismo comunitário, dependendo do número de pessoas.

Trilha da água fria (3 km) - 1 hora.

Trilha da comadre fulozinha (10 km) - 3 horas .

Trilha da barragem do Jacaré (18 km) - 5 horas.

Oficinas (tarde): língua tupi; cultura potiguará; tiro com arco; visita à casa de beiju (sexta-feira ou a combinar).

Existem possibilidades de acampamento (desde que se disponha de todo o material necessário).

Toré da Lua. O evento acontece a cada lua cheia e é acompanhado de música, danças e fogueira.

Venda de artesanato.

Festa da Batata. Todos os anos, no dia 10 de

novembro, realiza-se o Festival da Batata na comunidade Catu.

Degustação das especialidades culinárias da comunidade: beiju e tapioca, calambica (mingau de batata-doce com leite de coco).

Contatos:

Informações sobre o Luau de Resistência (toré):
Cacique Luiz Katu, Ladjane e Meyriane.

Luiz Katu: 84 991 226024 / 999644874

Vandré Arcanjo: 84 99117-9663

E-mail: kattur.turismoindigena@outlook.com

Mukunã (João Paulo), condutor local para tri-
lha na mata, artesão, viveiro de mudas nativas e re-
serva para camping. Contato: 84 992353516

Graciliano, condutor local, artesão e produtor
de bebidas artesanais: 84 994668905

Artesanato:

Marilene e Adailton artesãos. Casa aberta para
venda de artesanato nas terças e quartas-feiras.
Contato: 84 994625763

Meyriane (Guayumi) reserva para camping e
artesanato: 84 996362496

Moisés: 84 991 79 71 05. Artesanato

Piedade. Artesanato, bolos, tapiocas e beiju.
Casa de farinha de Severina Antônio. Contato: 84
991135761

Renata: 84 994693171. Artesanato.

Rosileide: 84 994166821. Artesanato.

Simone: 84 992116658. Artesanato.

Valda Arcanjo, artesã e gestora da escola indígena João Lino da Silva: 84 987739560

Maria de Jorge, beiju, sítio Caboclos (Catu Canguaretama). Horários: terça à sábado. Agendar visitas (à tarde).

Restaurantes:

Pesque-pague Olho do Catu.

Contato: Dona Nenem: 84 991 68 31 63 ou Felipe: 84 991 84 11 76

Funcionamento: terça à domingo das 9h às 16h (reservas para grupos).

Banho de rio, pesque-pague.

Possibilidade de comprar hortaliça, jerimum e batatas-doces produzidas na propriedade.

Tempero Katu

Organização: João e Moisés.

Almoço (reservar). Artesanato e plantas.

Funcionamento: sextas-feiras e sábados das 9h às 16h

Fica a 50m do postinho de saúde de Catu, do lado de Canguaretama.

CAICÓ

O que fazer:

Poço de Sant'Ana, Serrote da Cruz, Casa Forte do Cuó, Casa de Pedra de Caicó, Ortognaisse Caicó, Serra de São Bernardo, Cachoeira dos Culumins, a Casa de Pedra dos Culumins, Serrote das

Canoas, Pedra do Sino, Serrote Grande do Riacho dos Cavalos, Pé de Boabá do Sítio Manhoso e Gruta da Caridade.

Mais informações:

<http://geoparqueserido.com.br>

CERRO CORÁ

O que fazer:

Sítio arqueológico São Brás.

Trilhas ecológicas:

Visita a nascente do Rio Potengi e trilha pelo curso do rio até Cerro Corá.

Rio Potencia (média).

Vale Vulcânico (1h30, 800m, considerada difícil).

Serra Verde e geossítios: Cruzeiro, Vale Vulcânico, Tanque Azul, Pedra do Nariz, Pedra da Baileia, Casa de Pedra, Conventos e Furna de Zé Brás.

Mais informações:

<http://geoparqueserido.com.br>

Guias:

Ronivon Pereira de Araújo

Instagram: [ronivon.26](#)

Telefone/Whatsapp: 84 99622-7175

José Genilson de Carvalho

Instagram: [@genilsonjose926](#)

Facebook: [@genilsoncarvalho](#)

Telefone/Whatsapp: 84 99840-6657

EXTREMOZ

O que fazer:

Visita às ruínas da igreja São Miguel Arcanjo, da antiga aldeia e da missão de Guajiru.

Fundação de Cultura Aldeia do Guajiru (canoas monóxilas).

Casa do grude: funciona nos finais de semana e durante o verão.

Banho de lagoa, barracas e restaurantes na beira da lagoa.

NÍSIA FLORESTA

O que fazer:

Igreja N. Sra do Ó .

Aberta de terça a sábado (falar com Fabiano).

Bica, Baobá, Lagoas.

Museu de Nísia Floresta.

Facebook: [museu.nisiafloresta](https://www.facebook.com/museu.nisiafloresta)

Aberto de segunda a sexta

Fone: 84 9504984 / 88839580

Onde Comer:

Estação Papary (restaurante Marina's Camarões).

Funcionamento: de terça a domingo entre 11h e 16h30

Facebook: Marina's Camarões

Fone: 84 99997-7720

Casa da Tapioca (Barra de Tabatinga).

Funcionamento: sexta, sábado e domingo
(aberto todos os dias no verão).

Facebook: Casa da Tapioca Barra de Tabatinga

Telefone: 84 987292912

PARELHAS

O que fazer:

Sítio arqueológico: Mirador do Boqueirão.

Barragem Boqueirão, Parque dos dinossauros.

Parapente, Asa delta.

Turismo de aventura: Serra do Cruzeiro, Serra das Queimadas, Poço da princesa, Gruta da Silhueta, Capelinha da Serra, Lago da Pedreira, Mirante Seridó, Pedra da Boca Sorrindo, Serrote da Matriz.

Mais informações:

<http://geoparqueserido.com.br>

BORA, aventure-se roteiros turísticos:

Trilhas ecológicas, trilhas 4x4, passeios de lancha, jetski.

Néia Araújo:

Contato: @bora.aventurese, @descubraparelhasrn

Tefefone/Whatsapp: 84 999241553

PORTALEGRE

Facebook Turismo em Portalegre-RN

O que fazer:

Casa de Câmara e Cadeia, Praça da Índia, Bica.
Trilhas: Cachoeira, Pedra do Letreiro, Torres .

Guias:

Marcksuel Oliveira - 84 99636-7640

Paulo Utemberg - 84 99934-3199

SANT'ANA DO MATOS**O que fazer:**

Trilhas e visita aos sítios arqueológicos Saquinho 1, Pedra Redonda e Malhada Funda (com guia).

Guia:

Gilson Luís da Silva: 84 99916 24-93

Onde ficar:

Pousada Central Arqueológica (hospedagem e refeições).

Gilson Luís da Silva: 84 999 16 24 93

É preciso agendar e combinar os passeios oferecidos para uma descoberta em família ou em grupo. A pousada conta com 4 quartos e é localizada no Sítio Cruzeiro.

SÃO VICENTE**O que fazer:**

Memorial Quixabeira de Arte e Cultura.

Endereço: Rua Raimundo Medeiros de Souza, 89, Quixabeira, São Vicente-RN.

Responsável: Prefeitura Municipal de São Vicente-RN.

Instagram: memoquixabeira

Telefone: 84 3436-0226

Horários de funcionamento: de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

SÃO GONÇALO E MACAÍBA

O que ver:

Visita à capela de São Gonçalo, hoje Igreja Matriz.

Capela de Santo Antônio do Potengi, Capela de Nossa Senhora do Socorro, Utinga e Capela de Jundiaí.

Onde comer:

Restaurantes de Camarão do Pajuçara - Vários restaurantes ao ar livre.

Abertos de terça a domingo.

Como chegar:

Pelo centro de São Gonçalo seguindo na RN-160 ou por Macaíba em direção a São Gonçalo pela RN-160.

TAPARA

Aldeia indígena, Conselho Comunitário Indígena da Lagoa do Tapará.

Lagoa de Tapará.
Feira de cultura (maio).

Contato:

Lideranças: Zuleide e Francisca Bezerra: 84
9435-1633

Artesanato:

Tapera Arte - Dona Benedita e Wilka
Contato: 84 992114693 / 994158824

VILA FLOR - IGRAMACIÓ

Igreja (1690, 1745).
Casa de câmara e cadeia.
Beira rio.
Trilha da mata do Gramació e Cachoerinha da
barragem (1,8 km, fácil).
Feira de comidas típicas (primeira e terceira se-
mana do mês).
Festa de N. Sra do Desterro (outubro).

Secretaria de Turismo:
Cleyson e Ailton de Mattos

Onde Comer:

Restaurante Flor da Mata
Fone: 84 99425-8285
Facebook: [https://www.facebook.com/restau-
ranteflordamata/](https://www.facebook.com/restauranteflordamata/)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Candido Mendes de. (Org.). *Atlas do Império do Brasil*, Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico, 1868.

BEZERRA, Nilton Xavier. *Cerâmica de Santo Antônio do Potengi: entre tradição e modernidade*, Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/12250>>.

BRASIL, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça*. Rio de Janeiro, 2012.

BRAZIL. *O Império do Brasil na Exposição Universal de 1876 em Philadelphia*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1875.

BRAZIL. *Recenseamento do Brasil em 1872*. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger & Filhos, 1872.

CARTA do Provincial Pero Rodrigues ao padre General Claudio Aquaviva. Bahia. 19 de dezembro de 1599. Anexo: carta do padre Francisco Pinto ao Provincial Pero Rodrigues. 19 de maio 1599. ARSI, Bras. 15, II, 475- 478.

CASCUDO, Luís da C. Notas sobre o Catimbó, *Novos Estudos Afro-Brasileiros*. Segundo tomo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

CASCUDO, Luís da C. *Meleagro*: pesquisa do Catimbó e notas da magia branca no Brasil. Rio de Janeiro: Agir, 1978.

CASCUDO, Luís da C. *História de um Homem (João Severiano da Câmara)*. Natal: Departamento de Imprensa, 1954.

CASCUDO, Luís da C. Tradições populares da pecuária nordestina. Recife: Asa Pernambuco, 1985: p. 23-25. 2a . ed.

CASCUDO, Luís da. *Os holandeses no Rio Grande do Norte*. Natal: Departamento de Imprensa, 1949.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*, Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1955.

CAVIGNAC, Julie. A índia roubada: estudo comparativo da história e das representações das populações indígenas no Sertão do Rio Grande do Norte, *Caderno de História*, Natal, EDUFURN, v.2, n.2, p. 83-92, jul/dez. 1995.

CAVIGNAC, Julie. ‘Índios’, ‘Negros’ e ‘caboclos’: identidades e fronteiras étnicas em perspectiva. O caso do Rio Grande do Norte. In: *Negros no mundo dos índios imagens, reflexos e alteridades*. Natal: EDUFURN, 2011, p. 195-244.

CAVIGNAC, Julie. Um mundo encantado: memória e oralidade no sertão do Rio Grande do Norte. In: Emília Pietrafesa de Godoi; Marilda Aparecida Menezes; Rosa Acevedo. (Org.). *Diversidade do Campesinato*: expressões e categorias (Coleção História Social do Campesinato no Brasil). Construções Identitárias e Sociabilidades, São Paulo, Brasília, Unes, NEAD, 2009, v. IV-1, p. 69-94. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/História%20social%20do%20campesinato%20no%20Brasil%20-%20Diversidade%20do%20Campesinato%20-%20v.%201.pdf>>.

COSTA, Renata Assunção da. “Porta do Céu”: o processo de cristianização da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (1681-1714). 2015. 173f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/20623>>.

COSTA, Sinval. *Os Álvares do Seridó e suas ramificações*. Recife, Ed. do autor, 1999.

DANTAS, Dom José Adelino. *Homens e fatos do Seridó antigo*, Garanhuns, O Monitor, 1961.

DANTAS, Manoel. Denominação dos Municípios: Rio Grande do Norte, Natal, Empresa Tipográfica Natalense Ltda, 1922; 2e. edição: Coleção Mossoroense, série B, n. 607, 1989.

DIAS, Dayane Julia Carvalho; ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. Um estudo sobre a população da Capitania do Rio Grande com ênfase na escravidão negra e indígena no contexto da Guerra dos Bárbaros (1681-1714), *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, n. 25(2), p. 57-80, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8649611>>.

FERREIRA, Flávio Rodrigo Freire; BEZERRA, Nilton Xavier. Vamos ver quem é que acaba, o resto da empeleitada: arte indígena entre os potiguaras da aldeia Catu dos Eleotérios e Sagi-Trabanda, *Revista Mundaú*, n. 4, p. 80-103, 2018. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/revistamundau/article/view/4219/3748>>.

FREITAS, Maria Mônica de. *Relatos sobre o massacre de 70 índios na serra de Portalegre-RN: argumentação em discursos de liderança indígena e alunos do ensino fundamental*, Dissertação de Mestrado em Letras, Programa de Mestrado Profissional em Letras, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, 2018. Disponível em: <http://www.uern.br/controladepaginas/defendidasem2018/arquivos/4593maria_ma%C2%B4nica_de_freitas_dissertaa%C2%A7a%C2%A3o_em_pdf.pdf>.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. Nas Trilhas dos Potiguaras, s.d.. Disponível em: <<http://www.trilhasdospotiguaras.com.br/pt-br/destinos-e-trilhas/sagi/aldeia--trabanda/>>.

GUERRA, Jussara Galhardo Aguirres. *Mendonça do Amarelão: origem, migrações, aspectos de sua cultura e identidade étnica*, João Pessoa, Editora Ideia, 2017.

JOFFILY, Geraldo Irineu. *Notas sobre a Parahyba*. Seleção das crônicas de Irineu Joffily (1892-1901), Brasília, Thesaurus, 1977, 2a. ed.

LELIS, Creusa Ribeiro da Silva; LIMA, Francisco do Nascimento. Sustentabilidade e identidade indígena: um roteiro pela trilha do Catu. *II Congresso Nacional de Educação*, IFRN, Canguaretama, 2014. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV045_MD1_SA10_ID7354_08092015181532.pdf>.

LIMA, Nestor. *Municípios do Rio Grande do Norte: Baixa Verde, Caicó, Canguarema e Caraúbas*, Natal, Revista IHGRN, Vol. 27/28, Mossoró, Coleção Mossoroense, série C Vol. DXCVI, 1990.

LOPES, Fátima Martins. *Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o Diretório Pombalino no século XVIII*, Tese de doutorado em História do Norte-Nordeste, Universidade Federal de Pernambuco, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7480/1/arquivo7819_1.pdf>.

LOPES, Fátima Martins. Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte, Mossoró, Fundação Vingt-un Rosado, IHGRN, 2003.

LOPES, Fátima Martins. Miscigenação nas vilas indígenas do Rio Grande do Norte, *Revista Mosaico*, 4, 2, p.183-196, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/2381/1467>>.

LUFT, Vlademir José. Os restos alimentares do sítio Mirador no Boqueirão de Parelhas-RN, *Clio Série Arqueológica*, n. 5, p. 27-34, Recife, 1989. Disponível em: <<https://www3.ufpe.br/clioarq/images/documentos/1989-N5/1989a4.pdf>>.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Vivências índias, mundos mestiços: relacionamentos interétnicos na freguesia da gloriosa senhora santa Ana do Seridó entre o final do século XVIII e início do século XIX*, Caicó, Monografia de final de curso em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, CERES, 2002.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Ocidentalização, territórios e populações indígenas no sertão da capitania do Rio Grande*, Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/16992>>.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (séculos XVIII-XIX)*, Recife, Tese de doutorado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11596>>.

MAIA, Légio de Oliveira. Aldeias e missões nas capitanias do Ceará e Rio Grande: catequese, violência e rivalidades. *Revista Tempo*, vol. 19, núm. 35, jul-dez, Universidade Federal Fluminense Niterói, Brasil, 2013, p. 7-22. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042013000200002&lng=en&nrm=iso>.

MARTIN, Gabriela. A subtradição Seridó de pintura rupestre Pré-histórica no Brasil, *Clio Série Arqueológica*, n. 5, p.19-38, Recife, 1989.

MARTIN, Gabriela. Arte rupestre e registro arqueológico no Nordeste do Brasil, *Clio Série Arqueológica*, n. 9, p. 45-56, Recife, 1993.

MARTIN, Gabriela. *Pré-história do Nordeste do Brasil*, 3ª ed., Recife, UFPE, 1999.

MEDEIROS Filho, Olavo de. *Aconteceu na capitania do Rio Grande*, Natal, Depto, Estadual de Imprensa, 1997.

MEDEIROS Filho, Olavo de. *Cronologia Seridoense*. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, coleção Mosso-roense, vol. 1268, 2002.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Índios do Assu e Seridó*, Natal, Sebo Vermelho, 2011.

MEDEIROS Filho, Olavo de. *No rastro dos Flamengos*, Natal, FJA, 1989.

MEDEIROS filho, Olavo de. *Notas para a história do Rio Grande do Norte*, João Pessoa, Unipê, 2001.

MEDEIROS FILHO, Olavo. Nossos últimos tapuias... *Tribuna do Norte*, Segundo Caderno, edição de 27 de abril de 1994, Natal, Tribuna do Norte, 1994.

MEDEIROS FILHO, *Os holandeses na capitania do Rio Grande*, Natal, Sebo Vermelho, 2010.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O Negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*, Rio de Janeiro, Topbooks, 2003. Trechos: <<https://www.companhiadasletras.com.br/trechos/80174.pdf>>.

MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*, Natal, EDUFRN, 2002, 2a. ed.

MOREAU, Pierre; BARO, Roulox. *História das últimas lutas entre holandeses e portugueses relação da viagem ao país dos tapuia* [1651], Tradução e notas LêdaBoechat Rodrigues; nota introdutória José Honório Rodrigues, Belo Horizonte; São Paulo: Ed. Itatiaia, Edusp, 1979.

MOURA, Allyne Deyse Macedo. *Aqui tem sangue e suor de índio: resistência, etnicidade e luta política dos tapuias da Lagoa do Tapará-RN*, Dissertação de Mestrado, Natal, PPGAS/UFRN, 2019.

MUTZENBERG, Demétrio da Silva. *Gênese e ocupação pré-histórica do Sítio Aqueológico Pedra do Alexandre: uma abordagem a partir da caracterização paleoambiental do vale do Rio Carnaúba-RN*, Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/698>>.

NIEUHOFF, Joan. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*, Belo Horizonte, São Paulo, Ed. Itatiaia, Edusp, 1981. Traduzido do Inglês por Moacir N. Vasconcelos, Confronto com a edição holandesa de 1682, introdução, notas, crítica biográfica e bibliografia por José Honório Rodrigues. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=vOguAAAAIAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>.

NOGUEIRA, Monica Almeida Araújo. *A cerâmica tupixaba na serra de Santana-RN: o sítio arqueológico aldeia da serra de Macaguá*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Universidade federal do Pernambuco, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/833>>.

NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS DO IFRN. Disponível em: <<https://nic.ifrn.edu.br/neabi/>>.

OLIVEIRA, Jailma Nunes Viana; VIEIRA, José Glebson. Identidade indígena, memória e territorialização: a construção do “ser índio” na comunidade dos caboclos de Assu/RN, In: XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste e Pré-Alas Brasil, 2012, Teresina/PI, *Anais do 15º Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste*, 2012, v. I. p. 1-16.

OLIVEIRA, João Pacheco de. O efeito “túnel do tempo” e a suposta inautenticidade dos índios atuais, In: *Sociedade e Cultura*, v. 6, n. 2, jul/dez 2003, p. 167-175.

OLIVEIRA, Luiz Antonio de. *O Martírio Encenado: memória, narrativa e teatralização do passado no lito-*

ral sul do Rio Grande do Norte. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/727>>.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia; MARIZ, Marlene da Silva; Dantas, Beatriz Gois (org.). *Documentos para a história indígena do Nordeste: CEARÁ, Rio Grande e Sergipe*. São Paulo: Núcleo de história indígena e do indigenismo, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, Secretaria da Cultura e do Desporto do Estado do Ceará, 1994.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Aldeias indígenas e povoamento do Nordeste no final do século XVIII: aspectos demográficos da “cultura de contato”, In: DINIZ, Eli; LOPES, José Sérgio; PRANDI, Reginaldo (Org.), *Ciências Sociais hoje*, São Paulo, ANPOCS, HUCITEC, 1993. Disponível em: <<http://www.edufrn.ufrn.br/>>.

PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do Nordeste do Brasil, 1650 – 1720*, São Paulo, Edusp, Hucitec, 2002.

RIOS, Carlos; LAVALLE, Henry; LINS, Marcelo; SANTOS JR, Valdeci. A canoa monóxila pré-histórica da lagoa de Extremoz, RN, Brasil, *Clio Arqueológica*, 2015, 3, 1, pp. 78-91, [clio.v3oi1p78-91](https://www3.ufpe.br/clioarq/images/documentos/V3oN1-2015/artigo3.pdf). Disponível em: <<https://www3.ufpe.br/clioarq/images/documentos/V3oN1-2015/artigo3.pdf>>.

RIO GRANDE DO NORTE. *Projeto integrado de desenvolvimento sustentável do estado do Rio Grande do Norte – RN Sustentável*, Marco Conceitual dos Povos Indígenas do Rio Grande do Norte, Julho/2013. Disponível em: <<http://www.rnsustentavel.rn.gov.br/sniv3/site/documentos/arquivo/5a93845dbf3bdbba95dac37b5a2115e6.pdf>>.

SANTOS JÚNIOR, Wellington Gomes dos. *Enterramentos pré-históricos do sítio Pedra do Alexandre, na área*

arqueológica do Seridó – RN, TCC (Graduação), Curso de Bacharelado em Arqueologia, Departamento de Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

SARMENTO, Casimiro José de Moraes. *Discurso com que o ilustríssimo e excelentíssimo senhor Presidente desta Província do Rio Grande do Norte abriu a 1ª sessão da 6ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial*, Recife, Typ. M. F. da Faria, 1846.

SILVA, Claudia Maria Moreira da. *Em busca da realidade: a experiência da etnicidade dos Eleotérios (Catu/RN)*, Dissertação de Mestrado em Antropologia, Natal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2007. Disponível em: <<ftp://ftp.ufrn.br/pub/biblioteca/ext/bdtd/ClaudiaMMS.pdf>>.

SILVA, Joadson Vagner. *Apontamentos sobre a história indígena na Serra de Sant'Ana – RN*, Séculos XVII e XVIII, TCC (Graduação), Curso de Bacharelado em História, Departamento de História do Ceres, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2015. Disponível em: <<http://monografias.ufrn.br:8080/js-pui/handle/123456789/1412>>.

SILVA, Roberto Airon. *Uma Arqueologia das Casas Fortes: organização militar, território e guerra na capitania do Rio Grande - século XVII*, Tese (Doutorado), Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19165>>.

SILVA, Sheila Ramos da. *A índia, o santo e as almas: narrativas sobre a cidade de São Vicente/RN*, Dissertação, Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/26705>>.

SILVA, Tyego Franklim da. *A ribeira da discórdia: terras, homens e relações de poder na territorialização do Assu colonial (1680-1720)*, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal RN, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/20812>>.

VALLE, Carlos Guilherme Octaviano do. Compreendendo a dança do torém: visões de folclore, ritual e tradição entre os Tremembé do Ceará, *Revista Antropológicas*, ano 9, v. 16, n. 2, p. 187-228, 2005.

VIEIRA, José Glebson. *Amigos e competidores: política faccional e feitiçaria nos potiguara da Paraíba*, São Paulo, Humanitas, 2012.



Apoio:



Programa Tronco, Ramos e Raízes
MEC/SISU – PROEXT

